

LIGHT S.A.
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 28/04/2017

Prezados Senhores,

A Administração da Light S.A. (“Light” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas sua proposta sobre as matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se em 28 de abril de 2017, às 14h30, na sede da Companhia, na Av. Marechal Floriano, 168, Parte, 2º andar, Corredor A, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, referentes aos seguintes assuntos constantes da ordem do dia, nos termos abaixo propostos (“Proposta”):

Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária	3
Matéria constante da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária ...	7
ANEXO I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos termos do Item 10 do Formulário de Referência.....	8
ANEXO II - Destinação do Lucro Líquido (conforme Instrução 481 (Anexo 9-1-II)	85
Anexo III - Eleição de conselheiros titulares e conselheiros suplentes para recomposição dos atuais cargos vagos no Conselho de Administração.	93
ANEXO IV – Instalar o Conselho Fiscal e eleger os respectivos membros efetivos e suplentes	99
ANEXO V – Remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal ..	107

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos nos artigos 9º, 10 e 12, da Instrução CVM nº 481, 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/2009”), encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu website (ri.light.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), bem como foram contemplados nos Anexos da presente Proposta.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

A Administração

Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária

1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Para deliberar sobre este item, são disponibilizados aos acionistas, conforme Instrução CVM nº 481/09: (i) o Relatório da Administração; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 10 do Formulário de Referência previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009, conforme **Anexo I** da presente Proposta; (iv) o Parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu; e (v) parecer do Conselho Fiscal, datado de 23 de março de 2017.

2 – Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e distribuição de dividendos.

Para deliberar sobre este assunto, são disponibilizados aos acionistas: (a) a presente Proposta para a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016; (b) o **Anexo II** da presente Proposta nos termos da Instrução CVM nº 481/09 (Anexo 9-1-II); e (c) parecer do Conselho Fiscal, datado de 23 de março de 2017, sobre a destinação de resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

3 - Instalar o Conselho Fiscal e eleger os respectivos membros efetivos e suplentes

De acordo com o disposto no Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é órgão de funcionamento não permanente e compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, todos com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

A eleição dos membros do Conselho Fiscal observará o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia.

Seguem no **Anexo IV** as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009 a respeito dos candidatos indicados pelo acionista controlador à eleição/reeleição para os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.

Acionistas minoritários poderão requerer durante a assembleia a adoção de votação em separado para eleição de 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente do Conselho Fiscal.

A Companhia informa que divulgará informações sobre eventuais candidatos apresentados por acionistas minoritários previamente à assembleia, dando a eles a mesma divulgação dada aos candidatos propostos pelo acionista controlador.

4 - Fixar a remuneração anual global dos Administradores.

Conforme **Anexo V** à presente Proposta, a remuneração anual dos Administradores, no valor total de **R\$ 28.593.404,00** (vinte e oito milhões, quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e quatro reais), para o ano-calendário 2017, referente ao período de janeiro a dezembro, é disponibilizada nos termos do item 13 do Formulário de Referência previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009.

5 - Fixar a remuneração anual global do Conselho Fiscal.

Conforme **Anexo V** à presente Proposta, a remuneração anual do Conselho Fiscal, no valor total de **R\$ 1.056.486,00** (um milhão, cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), para ano-calendário 2017, referente ao período de janeiro a dezembro, é disponibilizada nos termos do item 13 do Formulário de Referência previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009.

Conforme **Anexo V** à presente Proposta, a remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal totaliza **R\$ 29.649.890,00** (vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa reais).

1- Alterar a composição do Conselho de Administração para eleger novos conselheiros titulares e suplentes que irão complementar o período restante do mandato dos membros que renunciaram ou serão substituídos dos seus respectivos cargos, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2017.

Tendo em vista que o Conselheiro Titular Sr. Mauro Borges Lemos renunciou ao seu respectivo cargo em 28 de outubro de 2016, conforme correspondência endereçada à Companhia, a Administração da Light S.A. propõe a eleição do Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, como membro titular do Conselho de Administração da Companhia, para cumprir o período restante do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017.

Tendo em vista, ainda, que o Conselheiro Suplente Sr. Wagner Delgado Costa Reis renunciou ao seu respectivo cargo em 20 de outubro de 2016, conforme correspondência endereçada à Companhia, a Administração da Light S.A. propõe a eleição do Sr. Leonardo Tadeu Dallariva Rocha, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, para cumprir o período restante do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017.

Tendo em vista, ainda, que o Conselheiro Suplente Sr. Eduardo Henrique Campolina Franco renunciou ao seu respectivo cargo em 23 de março de 2017, conforme correspondência endereçada à Companhia, a Administração da Light S.A. propõe a eleição do Sr. Luís Fernando Paroli Santos, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, para cumprir o período restante do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017.

Além disso, propõe-se as seguintes alterações nos cargos de membros suplentes do Conselho de Administração, para o cumprimento do restante do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017:

- Eleição da Sra. Andrea Belo Lisboa Dias em substituição ao Sr. Daniel Batista da Silva Júnior;

- Eleição do Sr. Pedro Cláudio Leitão em substituição ao Sr. Eduardo Maculan Vicentini

- Eleição da Sra. Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes em substituição ao Sr. Samy Kopit Moscovitch

Assim, o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a realização da AGO de 2018, passará a ter a seguinte composição:

Conselho de Administração Light S.A.	
Efetivo	Suplente
Nelson José Hubner Moreira	Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes
Sérgio Gomes Malta	Luís Fernando Paroli Santos
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	César Vaz de Melo Fernandes
Marcello Lignani Siqueira	Andrea Belo Lisboa Dias
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Rogério Sobreira Bezerra
Ana Marta Horta Veloso	Leonardo Tadeu Dallariva Rocha
Edson Rogério da Costa	Julio Cezar Alves de Oliveira
Marcelo Pedreira Oliveira	Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior
Ricardo Reisen de Pinho	Márcio Guedes Pereira Júnior
Silvio Artur Meira Starling	Pedro Cláudio Leitão
Carlos Alberto da Cruz	Magno dos Santos Filho

Em negrito o nome dos membros indicados nesta AGE.

Seguem no **Anexo I** as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, previsto no Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2017, relativamente aos candidatos indicados para os cargos de membro titular e membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia.

DA ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

As eleições ora propostas, com indicação pelos acionistas controladores, visam ao preenchimento das vagas que estão em aberto, para compor o Conselho de Administração da Companhia, e, ainda, a substituição de membros suplente, todos para a complementação ao período restante dos mandatos, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017.

DOS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DA PROPOSTA

Diante do exposto, as eleições propostas visam, tão somente, alterar o quadro de composição do Conselho de Administração da Companhia.

No que tange aos efeitos econômicos, não haverá alteração orçamentária, uma vez que as vagas a serem preenchidas já existem, bem como foram previstas na proposta de remuneração dos Administradores, já submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 28 de abril de 2016.

Desta forma, não há modificação e/ou restrição a quaisquer dos direitos dos acionistas, haja vista que as eleições propostas versam especificamente para alteração do quadro de Administradores da Companhia.

Seguem no **Anexo III** as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, a respeito dos candidatos indicados pelos acionistas controladores à eleição para os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração que se encontram vagos.

ANEXO I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos Termos do Item 10 do Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais, demonstração de resultado e fluxo de caixa da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Light S.A. é uma holding detentora de um portfólio diversificado e integrado de sociedades que atuam, principalmente, nas seguintes áreas no mercado de energia elétrica:

- (i) Distribuição: Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light S.E.S.A.");
- (ii) Geração: Light Energia S.A. ("Light Energia"), Amazônia Energia Participações S.A., Lightger S.A.; e
- (iii) Comercialização e serviços energéticos: LightCom Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom") e Light Esco – Prestação de Serviços S.A.

Patrimônio Líquido e Caixa

Na opinião de nossos Diretores, a Companhia possui uma forte geração de caixa, sólida estrutura de capital, nível de alavancagem compatíveis com seu plano de negócios e obrigações financeiras.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$3,4 bilhões, significando uma queda de 8,5%, em relação a 31 de dezembro de 2015. Isso ocorreu, principalmente, em função do prejuízo de R\$312,9 milhões registrado no ano de 2016. Quando comparamos 2015 com 2014, observamos uma evolução no patrimônio líquido de R\$36,4 milhões, principalmente em função do lucro líquido do exercício de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$668,3 milhões e o montante de R\$13,5 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$681,8 de disponibilidades, 30,6% de aumento em relação ao total de disponibilidades ao final do período social encerrado em 31 de dezembro de 2015 em razão de um maior caixa líquido gerado pelas operações. Os Diretores entendem que o capital de giro da Companhia é suficiente para suprir as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma

data, a dívida líquida da Companhia totalizava R\$6.171,4 milhões, queda de 4,6% em relação a 31 de dezembro de 2015, quando totalizava R\$6.670,0, devido ao maior nível de disponibilidades em 2016. Dessa forma, a relação dívida líquida/patrimônio líquido que resultou em 1,84 em 31 de dezembro de 2016, atingiu 1,77 em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$447,4 milhões e o montante de R\$74,7 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$522,1 milhões de disponibilidades, aumento de 3,2% em relação ao total de disponibilidades ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Na mesma data, a dívida líquida da Companhia totalizava R\$6.470,0 milhões, crescimento de 10,0% em relação a 31 de dezembro de 2014, quando totalizava R\$5.881,9 milhões, devido ao maior volume de captação para fazer frente aos investimentos da Companhia. Dessa forma, a relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 resultou em 1,77, ao passo que atingiu 1,62 em 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$401,1 milhões e o montante de R\$104,7 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$505,8 milhões de disponibilidades. Na mesma data, a dívida líquida da Companhia totalizava R\$5.881,9 milhões. Dessa forma, a relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 resultou em 1,62 em 2014.

Indicadores de Endividamento e Patrimoniais*

Índices de Endividamento	2016	2015	2014
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total/Ativo total)	76,6%	75,4%	73,4%
Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total)	44,4%	39,2%	29,2%
Imobilização do PL (Ativo Permanente/Patrimônio Líquido)	180,1%	177,9%	178,5%
Índices de Liquidez	2016	2015	2014
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,74	0,90	1,01
Liquidez Seca ((Ativo Circulante – Estoque) /Passivo Circulante)	0,73	0,90	1,00

**Informações de acordo com Balanço Patrimonial Consolidado*

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da Companhia financiados por credores, teve um aumento de 3,2 pontos percentuais entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2016.

A Composição do Endividamento indica se a Companhia concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, verifica-se maior concentração em dívidas de longo prazo, com 55,6%.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do Ativo Permanente da Companhia está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a Companhia investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. Nos exercícios sociais de 2014 a 2016, o perfil apresentado pela Companhia é compatível com setor de capital intensivo, no qual grandes investimentos são necessários para a expansão e manutenção da base de ativos da Companhia, sendo necessário financiamento com capital de terceiros para fazer jus a esses investimentos.

Sobre a Liquidez Corrente e a Liquidez Seca, que refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, a Companhia espera melhora na geração operacional de caixa durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2017 em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conjuntamente com a redução esperada de investimentos em 2017. Adicionalmente, a Companhia vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de

curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida. A Administração entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo, conforme demonstrado abaixo.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b. Estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza, frequentemente, captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 23,4% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 76,6% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 24,6% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 75,4% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 26,6% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 73,4% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Os diretores da Companhia entendem que esse leve aumento do capital de terceiros ocorrido ao longo dos últimos três exercícios está dentro da variação normal esperada para uma Companhia de uso intensivo de capital.

A variação da composição do capital social da Companhia pode ser observada na tabela abaixo:

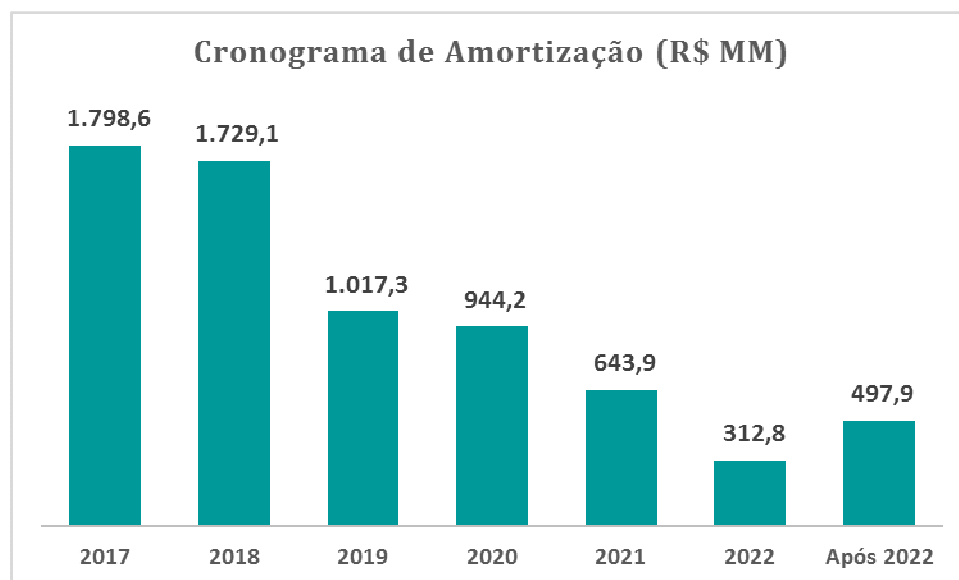
Em R\$ mil	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
CAPITAL PRÓPRIO			
Patrimônio líquido	3.353.796	3.665.063	3.628.625
CAPITAL DE TERCEIROS			
Passivo circulante	4.871.405	4.399.371	2.924.772
Passivo não circulante	6.105.028	6.836.986	7.080.797
Total do Passivo circulante + não circulante	10.976.433	11.236.357	10.005.569
Total do passivo e patrimônio líquido	14.330.229	14.901.420	13.634.194

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, respeitando os níveis de retorno e risco alinhados ao crescimento sustentável da Companhia.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia informa que não há e não houve possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, nos últimos três exercícios, além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida total da Companhia de R\$6.943,8 milhões está escalonada ao longo dos anos, com 65,5% vencendo em três anos e com prazo médio de 2,4 anos. Os diretores da Companhia entendem que isto reflete o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida, conforme gráfico abaixo:



Os Diretores da Companhia acreditam que seu perfil de endividamento, fluxo de caixa, posição de liquidez e recursos são suficientes para cobrir suas necessidades correntes e de longo prazo, embora não seja possível garantir que essa situação permanecerá inalterada. Na eventualidade de a Companhia necessitar de recursos financeiros adicionais, os Diretores acreditam que a Companhia tem condições de contratar novos empréstimos para suportar suas atividades. Nesse sentido, há que se destacar que, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem sido bem-sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinarçar sua dívida.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia utilizou diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. A Companhia possui linhas de crédito com bancos comerciais e bancos de desenvolvimento, tanto no Brasil, quanto no exterior, além da emissão de títulos de valores mobiliários. Para seus investimentos em ativos não circulantes, a Companhia utiliza linhas de financiamento de outros bancos e instituições financeiras de desenvolvimento.

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX foram atendidas, nos últimos três exercícios sociais, através de contratação de operações de Cédulas de Crédito Bancário e empréstimos em moeda estrangeira com diversos credores, além da contratação de financiamentos junto ao BNDES, da emissão de valores mobiliários e da utilização da geração de caixa própria

Nos últimos três exercícios sociais, os recursos tomados pela Companhia foram provenientes de bancos e instituições de desenvolvimento (25,6%), títulos e valores mobiliários (32,4%) e bancos comerciais (42,0%). Para mais informação sobre os empréstimos e financiamentos, ver item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores da Companhia entendem que caso a capacidade de geração de caixa seja insuficiente para fazer frente a eventuais deficiências de liquidez, é possível saná-las por meio da contratação de novas operações de capital de giro de curto prazo com instituições financeiras de primeira linha atuantes no país e no exterior, as quais a Companhia possui histórico de relacionamento. A Companhia tem a possibilidade ainda de contratar operações mais estruturadas com o objetivo de alongar o perfil da dívida visando a manutenção do nível de alavancagem e equacionamento do fluxo de caixa de médio e longo prazo de forma que atenda as expectativas dos acionistas e credores.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta da Companhia era de R\$6.943,8 milhões (R\$3.438,8 milhões em empréstimos e financiamentos e R\$3.505,0 milhões em debêntures) e a dívida líquida era de R\$6.171,4 milhões. Do valor da dívida bruta, 28,0% (R\$1.946,3 milhões) possuía vencimento no curto prazo e 72,0% (R\$4.997,5 milhões) possuía vencimento no longo prazo.

Em conformidade com sua política de derivativos cambiais, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía operações com derivativos (*swaps*) em moeda estrangeira, cujo saldo era de R\$ 93.7 milhões, representando 0,06% do saldo da dívida em moeda estrangeira (sem considerar os encargos).

A tabela abaixo descreve a evolução da dívida bruta em aberto da Companhia sendo Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e Debêntures (circulante e não circulante), nos períodos em referência:

Em (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Curto Prazo	1.946	1.844	580
<i>Moeda Estrangeira</i>	801	935	125
<i>Moeda Nacional</i>	1.145	909	455
Longo Prazo	4.997	5.730	6.002
<i>Moeda Estrangeira</i>	682	1.323	1.335
<i>Moeda Nacional</i>	4.315	4.407	4.667
Total da Dívida Bruta	6.943	7.574	6.582

O saldo dos Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e Debêntures (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2016 totalizavam R\$6.943 milhões. O saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e saldos de ativos e passivos de *swap* era de R\$6.171 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice "dívida líquida dividida pela dívida líquida mais patrimônio líquido", o resultado em 31 de dezembro de 2016 foi de 0,65. Abaixo segue tabela sobre o referido índice para os três últimos exercícios sociais:

(Em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Dívida líquida	6.171.389	6.469.979	5.881.944
Patrimônio líquido	3.353.796	3.665.063	3.628.625
Índice de endividamento	0,65	0,64	0,62

Definições:

Dívida Líquida – significa a dívida líquida composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários, e; (iii) saldos de ativos e passivos de *swap* (circulante e não circulante).

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido.

Índice de endividamento – significa a dívida líquida dividida pela dívida líquida mais patrimônio líquido.

$$\text{Índice de Endividamento} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{Dívida Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A diretoria da Companhia destaca abaixo as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia e suas subsidiárias nos últimos 3 anos, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2016. Os contratos vigentes com o BNDES e Eletrobrás têm garantias de recebíveis; as dívidas referentes aos Bonds com a União Federal possuem caução e a dívida com o Fundo de Pensão possui fiança bancária. Os demais contratos têm o Aval Corporativo da Light S.A., no entanto, não possuem garantias.

Light S.E.S.A.

- Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento do Projeto Smart Grid da Light S.E.S.A. firmado com a FINEP em 16 de abril de 2014, no montante total de R\$174,2 milhões, nos quais foram desembolsados R\$141,1 milhões em 16 de maio de 2014. A data de vencimento é 15 de maio de

2022. Sobre o valor do principal incidem juros de 4% ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$125,8 milhões.

- o 10ª emissão pública de debêntures da Light S.E.S.A. de 13 de maio de 2014, no montante total de R\$750 milhões. A data de vencimento é 9 de maio de 2020. Sobre o valor do principal incidem juros de 115% da CDI ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$766,0 milhões.

- o Contratos de Abertura de Crédito para Financiamento dos programas de investimentos da Light S.E.S.A. para o biênio 2013-2014, firmados com o BNDES, em 11 de setembro de 2014, na modalidade FINEM direto, cujos valores financiados, desembolsados e as respectivas remunerações estão discriminados abaixo:

- a. FINEM com taxa TJLP acrescida de 2,78% ao ano (subcréditos A e D), com vencimento em 15 de março de 2021, no valor de R\$269,6 milhões, dos quais foram desembolsados R\$195,8 milhões até 31 de dezembro de 2016;
- b. FINEM com taxa SELIC acrescida de 2,78% ao ano (subcréditos B e E), com vencimento em 15 de março de 2021, no valor de R\$115,6 milhões, dos quais foram desembolsados R\$783,9 milhões até 31 de dezembro de 2016; e,
- c. FINEM com taxa de 6% ao ano (subcrédito C), com vencimento em 15 de março de 2021, no valor de R\$191,9 milhões, dos quais foram desembolsados R\$131,2 milhões até 31 de dezembro de 2016.

- o Captação em moeda estrangeira (operação via Lei nº 4.131) com swap vinculado com taxa CDI acrescida de 0,88% a.a. em 24 de dezembro de 2014 no valor de US\$20,0 milhões (equivalente a R\$50,8 milhões) para a Light S.E.S.A. através do Banco de Tokyo, com vencimento em 21 de novembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$65,3 milhões.

- o Captação em moeda estrangeira (operação via Lei nº 4.131) com swap vinculado com taxa CDI acrescida de 1,90% a.a. em 1º de abril de 2015 no valor de US\$ 24,5 milhões (equivalente a R\$80,0 milhões) para a Light S.E.S.A. através do Banco BNP Paribas Brasil S.A., com vencimento em 03 de abril de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$80,6 milhões. A operação será liquidada na data de vencimento.

- o Contratação de conta garantida junto à Caixa Econômica Federal em 11 de maio de 2015, no valor de R\$100,0 milhões, com taxa CDI acrescida de 0,53% ao mês com vencimento em 30 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$101,3 milhões.

- o Contratação de operação celebrada em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131) com swap vinculado com taxa CDI acrescida de 3,5% a.a., em 12 de dezembro de 2015, no valor de R\$68,0 milhões junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. pelo prazo de 14 meses, com vencimento em 15 de fevereiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$8,2 milhões. Operação foi liquidada na data de vencimento.

- o Contratação de operação celebrada em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131) com swap vinculado com remuneração de 129,95% do CDI ao ano, em 02 de fevereiro de 2016, com o Banco

Santander (Brasil) S.A., no montante de R\$120,0 milhões, com vencimento no dia 1º de fevereiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$102,8 milhões. Foi realizada a rolagem da operação no valor de R\$120 milhões com o banco Santander através de Cédula de Crédito Bancário com taxa CDI acrescida de 4,5%a.a. e vencimento em agosto de 2018.

- Contratação de operação foi celebrada em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131), em 11 de março de 2016, com o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A., no montante de R\$109,0 milhões, com vencimento no dia 11 de março de 2017 e swap vinculado com taxa de juros CDI acrescida de 4,0% ao ano, durante o período entre abril e julho de 2016, taxa de juros CDI acrescida de 4,5% ao ano, entre agosto e novembro de 2016 e taxa de juros CDI acrescida de 5,0% ao ano, entre dezembro de 2016 e março de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$20,4 milhões. A operação foi liquidada na data de vencimento.

- Contratação de Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$100,0 milhões com a Caixa Econômica Federal, em 10 de junho de 2016, com vencimento no dia 10 de junho de 2018 e taxa de juros CDI acrescida de 4,05% ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$75,8 milhões.

- Emissão da 11ª emissão pública de debêntures da Light S.E.S.A., em 10 de junho de 2016, no valor de R\$175,0 milhões, por meio do Banco Bradesco BBI S.A. e do Banco Itaú BBA S.A., com vencimento no dia 13 de junho de 2018 e taxa de juros CDI acrescida de 4,05% ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$132,4 milhões.

- Contratações de operações em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131) com o China Construction Bank nos valores de R\$50,0 milhões e R\$74,425 milhões, em 30 de setembro e 03 de outubro de 2016, respectivamente. As operações foram realizadas ao custo de USD + libor de 6 meses + 3,50% a.a., com vencimento no dia 16 de setembro de 2019. Paralelamente, foram contratados *swaps* com o Banco BMG S.A. e com o Banco Fibra S.A. transferindo o risco em dólar para reais, ao custo de CDI + 4,5% a.a. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$126,6 milhões.

- Contratação de Cédula de Crédito Bancário, em 16 de novembro de 2016, junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R\$180,0 milhões. A operação tem taxa de juros CDI acrescida de 3,5% a.a., com vencimento em 01 de novembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$183,5 milhões.

- Contratação de Crédito para Financiamento dos programas de investimentos da Light S.E.S.A. para o biênio 2015-2016, firmados com o BNDES, na modalidade FINEM direto, cujos valores financiados, desembolsados em 26 de dezembro de 2016 e as respectivas remunerações estão discriminados a seguir: (i) Subcrédito A: TJLP+3,74% a.a., financiado e já desembolsado R\$138,9 milhões; (ii) Subcrédito B: SELIC+4,08% a.a., financiado e já desembolsado R\$138,9 milhões; e (iii) Subcrédito C: TJLP+3,74% a.a.: financiado R\$185,4 milhões e já desembolsado R\$64,6 milhões, todos com vencimento 15 de março de 2023. . Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$343,8 milhões.

Light Energia

- Contratação de Cédula de Crédito Bancário, em 24 de outubro de 2016, junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A., no valor de R\$138,8 milhões. A operação tem taxa de juros de CDI acrescida de 4,5% ao ano, com vencimento em 24 de outubro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$143,4 milhões.
- Contratação de operação em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131) com swap vinculado com taxa de juros de CDI acrescido de 4,1% ao ano, em 12 de dezembro de 2016, com o Banco Itaú Unibanco S.A., no valor de R\$132,0 milhões, e vencimento em 5 de junho de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$128,2 milhões.
- Contratação de crédito junto ao BNDES para financiamento de CAPEX, em 28 de setembro de 2016, foi realizada captação de R\$28,138 milhões pela controlada Lajes Energia. A operação tem taxa de juros de TJLP acrescida de 2,95% ao ano com vencimento de 10 anos, em 15 de janeiro de 2026. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$ 28,1 milhões.
- Em 29 de novembro de 2016, ocorreu a 4ª emissão de debêntures pública, no valor de R\$88,9 milhões, por meio dos coordenadores Banco Original S.A. e do Banco BBM S.A. A dívida tem a taxa de juros de CDI acrescida de 4,0% ao ano, com vencimento em 16 de novembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto era de R\$90,4 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 além das relações de longo prazo mencionadas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras a Companhia possuía operações de proteção (*hedge*) de câmbio junto a bancos brasileiros e internacionais.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores da Companhia informam que, não há e não existiu durante os três últimos exercícios sociais, grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, que estão configuradas nos contratos celebrados com o BNDES, Eletrobrás e Tesouro Nacional, sendo que citadas dívidas não possuíam grau de subordinação entre si por possuírem garantias reais, apresentadas sob a forma de cessão fiduciária ou penhor de receitas, conforme cada contrato. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, tais credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia e as dívidas financeiras que possuíam garantia real contaram com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Tais dívidas totalizaram R\$ 1.208,50 milhões, sendo: R\$1.169,4 milhões junto ao BNDES, R\$35,9 milhões junto ao Tesouro Nacional e R\$4,1 milhões junto a Eletrobrás.

Na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05 para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

Ademais, não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas.

iv - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (cross default). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a um dos indicadores em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. Todas as emissões de debêntures, notas promissórias, as cédulas de crédito bancário, empréstimos e financiamentos (inclusive com o BNDES) preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA, cujo limite máximo é de 3,75 vezes e cobertura de juros, cujo limite mínimo é de 2,0 vezes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as suas obrigações contratuais assumidas nos contratos de empréstimo e financiamento.

Em 30 de junho de 2015, ocorreu a primeira e única quebra para o covenant de dívida líquida/EBITDA. A Companhia negociou com todos os credores e obteve os respectivos waivers, para alteração do limite dos indicadores para o período entre setembro de 2015 e setembro de 2016. Como ocorreu somente o descumprimento do indicador de dívida líquida/EBITDA por um trimestre, este fato não gerou o direito de antecipação de vencimento para nenhum dos contratos.

Seguem abaixo outras cláusulas restritivas impostas ao emissor:

Empresa	Dívida	Valor de corte e <i>Cross Default</i>	Cláusulas restritivas
Light S.E.S.A.	8ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (ii) vencimento antecipado, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou da Fiadora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco e se aprovado por Debenturistas, representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; • cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) pela incorporação, pela Companhia, de qualquer controlada ou de ações de qualquer controlada; ou (d) por qualquer operação envolvendo exclusivamente controladas da Companhia e/ou da Fiadora; ou (e) por qualquer operação envolvendo a Fiadora e/ou suas controladas na qual, após anunciada ou ocorrida tal operação, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; • alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou da Fiadora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; • alienação pela Companhia, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de

			<p>forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.</p>
Light S.E.S.A.	9ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (ii) vencimento antecipado, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série em Circulação e, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) pela incorporação, pela Emissora, de qualquer controlada ou de ações de qualquer controlada; (d) por qualquer operação envolvendo exclusivamente controladas da Fiadora; e (e) por qualquer operação envolvendo a Fiadora e/ou suas controladas na qual, após anunciada ou ocorrida tal operação, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objetos de rebaixamento pela referida agência; • alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco, ressalvada a hipótese de saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora e/ou do controle indireto da Emissora, a qual deverá ser previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série em Circulação e, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação; • alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta

			<p>milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série em Circulação e, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação.</p>
Light S.E.S.A.	10ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (ii) vencimento antecipado, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; • alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; e (c) não haja a saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora e/ou do controle indireto da Emissora. • alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.
Light S.E.S.A.	11ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento; (ii) vencimento antecipado, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por</p>	<ul style="list-style-type: none"> • alteração ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora ou da Fiadora, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que (a) os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação tenham aprovado previamente em Assembleia de Debenturistas; (b) após anunciada ou ocorrida referida alteração ou transferência de controle acionário, a classificação de risco (rating) atribuída na Data de Emissão à Emissora pela agência de classificação de risco não seja objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; e (c) não haja a

		qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.	<p>saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora ou do controle indireto da Emissora;</p> <ul style="list-style-type: none"> • cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, a Fiadora ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
Light S.E.S.A. e Light Energia	Financiamento BNDES	Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença;	<ul style="list-style-type: none"> • submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da BENEFICIÁRIA, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da BENEFICIÁRIA ou em transferência do controle acionário da BENEFICIÁRIA, ou alteração de sua qualidade de acionista controlador da BENEFICIÁRIA, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15/12/76; • qualquer alteração no controle direto ou indireto na BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa autorização do BNDES.
Light Energia	2ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light Energia, pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (ii) vencimento antecipado, pela Light Energia, pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou da Fiadora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco e se aprovado por Debenturistas, representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; • cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários

			<p>relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) pela incorporação, pela Companhia, de qualquer controlada ou de ações de qualquer controlada; ou (d) por qualquer operação envolvendo exclusivamente controladas da Companhia e/ou da Fiadora; ou (e) por qualquer operação envolvendo a Fiadora e/ou suas controladas na qual, após anunciada ou ocorrida tal operação, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco;</p> <ul style="list-style-type: none"> alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou da Fiadora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; alienação pela Companhia, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.
Light Energia	3ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light Energia, pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (ii) vencimento antecipado, pela Light Energia, pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) pela incorporação, pela Emissora, de qualquer controlada ou de ações de qualquer controlada; (d) por qualquer operação envolvendo

			<p>exclusivamente controladas da Fiadora; e (e) por qualquer operação envolvendo a Fiadora e/ou suas controladas na qual, após anunciada ou ocorrida tal operação, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objetos de rebaixamento pela referida agência;</p> <ul style="list-style-type: none"> alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco, ressalvada a hipótese de saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora e/ou do controle indireto da Emissora, a qual deverá ser previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
Light Energia	4ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light Energia, Light S.A. e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de cura previstos nos respectivos contratos/instrumentos; (ii) vencimento antecipado de qualquer dívida da Light Energia, Light S.A. e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas</p>	<ul style="list-style-type: none"> alteração ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora ou da Fiadora, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que (a) os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação tenham aprovado previamente em Assembleia de Debenturistas; (b) exclusivamente no caso da Fiadora, após anunciada ou ocorrida referida alteração ou transferência de controle acionário, a classificação de risco (rating) atribuída na Data de Emissão à Fiadora pela agência de classificação de risco não seja objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; e (c) não haja a saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora ou do controle indireto da Emissora; cessão, promessa de cessão, venda ou alienação, pela Emissora, por qualquer meio, seja de forma gratuita ou onerosa de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta

			<p>e cinco por cento) das Debêntures em Circulação</p> <ul style="list-style-type: none"> • cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, direta ou indireta envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento
Light Energia	2ª Emissão de Notas Promissórias	<p>CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light Energia, Light S.A. e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de cura previstos nos respectivos contratos/instrumentos; (ii) vencimento antecipado de qualquer dívida da Light Energia, Light S.A. e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • alteração ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora ou da Avalista, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que (a) os Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação tenham aprovado previamente em Assembleia de Titulares de Notas Comerciais; (b) exclusivamente no caso da Avalista, após anunciada ou ocorrida referida alteração ou transferência de controle acionário, a classificação de risco (rating) atribuída na Data de Emissão à Avalista pela agência de classificação de risco não seja objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; e (c) não haja a saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Avalista ou do bloco de controle que detêm controle indireto da Emissora; • cessão, promessa de cessão, venda ou alienação, pela Emissora, por qualquer meio, seja de forma gratuita ou onerosa de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação; • cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, direta ou indireta envolvendo a Emissora, a Avalista e/ou qualquer outra sociedade na qual a Emissora ou a Avalista detenha participação direta superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social ("Controladas"), exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais

			em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Titulares de Notas Comerciais que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Notas Comerciais de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data Emissão até a data do efetivo resgate.
Light S.E.S.A. e Light Energia	Empréstimos Resolução 4131	CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00 Haverá vencimento antecipado se o cliente e/ou o avalista inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, em valor igual individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).	<ul style="list-style-type: none"> • se o cliente, os avalistas e/ou quaisquer terceiros garantidores tiverem o seu controle societário direto ou indireto transferido a terceiro ou vierem a ser incorporados, ou ocorrer fusão, ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o banco tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente esta cédula, antes de tal transferência; exceto se tais operações ocorrerem dentro do grupo econômico do cliente, hipótese na qual não será necessária qualquer prévia manifestação do banco. • alienação, pelo cliente, avalistas e/ou quaisquer terceiros garantidores de ativos permanentes que representem, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado
Light S.E.S.A.	Cédulas de Crédito Bancário	CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00 Haverá inadimplemento cruzado (cross default) pela Emitente no pagamento de dívidas ou obrigações pecuniárias cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado na data do respectivo inadimplemento; e vencimento antecipado cruzado (cross acceleration) com relação a obrigações pecuniárias da Emitente envolvendo valores superiores a R\$50.000.000,00, considerando individualmente ou em conjunto (desde a data de emissão e enquanto a Cédula estiver vigente).	<ul style="list-style-type: none"> • mudança ou transferência, a qualquer título do controle acionário da Emitente, bem como se houver a sua incorporação, cisão, ou fusão, sem prévia anuência do credor. • utilizar a integralidade dos recursos líquidos decorrentes da venda e/ou qualquer outra hipótese de transferência de ativos de geração de energia de qualquer das empresas do grupo econômico de que faz parte a emitente, que seja controlada pela Light S.A., exceto no caso de operação realizada entre as empresas do grupo econômico, na liquidação parcial, limitada ao valor dos recursos líquidos recebidos, ou total desta cédula. Referida liquidação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias contados da efetiva liquidação financeira da venda e/ou transferência dos ativos, devidamente comprovada por meios documentais

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Contrato de financiamento BNDES Capex 2015/2016 da Light S.E.S.A. tem valor total de principal de R\$475 milhões, dos quais R\$342 milhões (72,0% do total contratado) já foram liberados até 31 de dezembro de 2016 e o saldo remanescente tem previsão de liberação em 2017. O prazo de utilização deste contrato termina em 30 de abril de 2017.

Contrato de financiamento BNDES Capex 2013/2014 da Light S.E.S.A. tem valor total de principal de R\$418 milhões e já foi totalmente utilizado dentro do prazo contratual limite (15 de março de 2015).

Contrato de financiamento BNDES Capex 2013/2016 da Light S.E.S.A. Olimpíadas em valor total de principal de R\$320 milhões e já foi totalmente utilizado dentro do prazo limite (15 de dezembro de 2016).

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R\$ mil	2015 Reapresentado	%AV	2016	%AV	%AH
RECEITA LÍQUIDA	10.912.673	100,0%	9.645.237	100,0%	(11,6)%
CUSTO DA OPERAÇÃO	(8.987.319)	(82,4)%	(8.042.026)	(83,4)%	(10,5)%
Energia Elétrica comprada para reveda	(7.160.923)	(65,6)%	(6.167.503)	(63,9)%	(13,9)%
Pessoal	(191.210)	(1,8)%	(231.420)	(2,4)%	21,0%
Material	(17.976)	(0,2)%	(59.647)	(0,6)%	231,8%
Serviço de terceiros	(298.388)	(2,7)%	(343.865)	(3,6)%	15,2%
Depreciação e amortização	(411.647)	(3,8)%	(452.260)	(4,7)%	9,9%
Custo de Construção	(936.829)	(8,6)%	(889.632)	(9,2)%	(5,0)%
Outras Receitas / Custos	29.654	0,3%	102.301	1,1%	245,0%
LUCRO BRUTO	1.925.354	17,6%	1.603.211	16,6%	(16,7)%
DESPESAS OPERACIONAIS	(820.420)	(7,5)%	(750.209)	(7,8)%	(8,6)%
Despesas gerais e administrativas	(770.350)	(7,1)%	(671.321)	(7,0)%	(12,9)%
Outras receitas	1.276	0,0%	2.126	0,0%	66,6%
Outras despesas	(51.346)	(0,5)%	(81.014)	(0,8)%	57,8%
LUCRO OPERACIONAL	1.104.934	10,1%	853.002	8,8%	(22,8)%
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(126.400)	(1,2)%	(338.463)	(3,5)%	167,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(854.304)	(7,8)%	(797.514)	(8,3)%	(6,6)%
Receitas	747.591	6,9%	147.533	1,5%	(80,3)%
Despesas	(1.601.895)	(14,7)%	(945.047)	(9,8)%	(41,0)%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	124.230	1,1%	(282.975)	(2,9)%	N.A.
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(63.983)	(0,6)%	(190.871)	(2,0)%	198,3%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	(22.411)	(0,2)%	160.909	1,7%	N.A.
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.836	0,3%	(312.937)	(3,2)%	N.A.

Receita líquida

No quadro abaixo segue a receita líquida por cada segmento, considerando as eliminações separadamente, dos exercícios sociais de 2016 e 2015:

Receita Líquida (R\$MM)	2015	AV	2016	AV	AH
Distribuição	10.016,2	91,8%	8.657,7	89,8%	(13,6)%
Geração	567,9	5,2%	627,7	6,5%	10,5%
Comercialização e Serviços	816,8	7,5%	951,4	9,9%	16,5%
Eliminações	(488,2)	(4,5)%	(591,6)	(6,1)%	(21,2)%
Total	10.912,7	100,0%	9.645,2	100,0%	(11,6)%

A receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$9.645,2 milhões, representando uma queda de 11,6% em comparação à receita operacional líquida de R\$10.912,7 milhões registrada em 2015, principalmente em função da queda de 13,6% na receita do segmento de distribuição, que foi parcialmente amenizada pela melhora de 10,5% na receita líquida do segmento de geração e pela melhora de 16,5% na receita líquida do segmento de comercialização, conforme demonstrado abaixo.

Os Diretores da Companhia indicam que o segmento de distribuição apresentou uma receita líquida de R\$8.657,7 milhões, representando uma queda de 13,6% em comparação à receita operacional líquida de R\$10.016,2 milhões registrada em 2015, explicada por: (i) queda de 2,3% no mercado total faturado, que corresponde ao consumo faturado dos clientes cativos e dos clientes livres da Companhia, em comparação com 2015, principalmente em função da situação macroeconômica adversa vivida pelo país; (ii) pelo impacto negativo decorrente do reajuste de -12,25% nas tarifas, homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em novembro de 2016; e (iii) efeito negativo de R\$155,6 milhões no valor justo do ativo indenizável da concessão, decorrente da atualização da base de remuneração regulatória (BRR) homologada pela ANEEL no último trimestre do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Os Diretores da Companhia destacam que o segmento de geração apresentou aumento de 10,5% na receita líquida, atingindo R\$627,7 milhões em 2016 contra R\$567,9 milhões em 2015. Essa melhora pode ser explicada por: (i) uma melhor estratégia de sazonalização, a qual corresponde a estratégia de alocação da energia ao longo do ano de acordo com a demanda e volume previstos, e aumento de volume (em GWh) dos contratos de venda de energia já estabelecidos com a Companhia, que aumentaram em 3,0% quando comparada com 2015; (ii) maior preço médio de venda praticado pela comercializadora do grupo no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") em 2016, em função de reajustes contratuais ocorridos anualmente, e; (iii) menor GSF (Generation Scalling Factor, definido pela relação entre o volume de energia gerado pelas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Proteção de Realocação de Energia, e a Garantia Física total) em 2016, que permitiu a venda de parte do *hedge* hidrológico, que se refere a uma sobra de energia gerada, após a alocação dos contratos estabelecidos, fato que não ocorreu em 2015.

Os Diretores da Companhia destacam que o resultado do segmento de comercialização teve uma melhora de 16,5% devido principalmente a: (i) entrada de novos clientes, grande parte associada a

migração do mercado cativo para o mercado livre; e (ii) aumento de 3,3% no preço médio de venda, líquido de impostos, praticado ao longo do ano (R\$166,5/MWh em 2016 contra R\$161,1/MWh em 2015).

Custo da Operação

O custo da operação atingiu R\$8.042,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 10,5% a menos do que os R\$8.987,3 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, por causa dos seguintes fatores.

Energia elétrica comprada para revenda. Energia elétrica comprada para revenda, rubrica que corresponde a aproximadamente 80% do Custo da Operação, diminuiu 13,9% passando de R\$7.160,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$6.167,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em decorrência de: (i) redução no custo médio, explicada pelo menor custo do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para o Sudeste no ano de 2016 ficou em R\$94,12 por MWh (em 2015 ficou em R\$287,20 por MWh); e (ii) queda do volume de energia distribuída na área de concessão da Companhia, parte pela redução no mercado faturado e parte pela redução nas perdas de energia.

Pessoal, Material e Serviços de Terceiros.

- A rubrica pessoal aumentou 21,0% passando de R\$191,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$231,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;
- A rubrica material aumentou 231,8% passando de R\$18,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$59,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e
- A rubrica serviços de terceiros aumentou 15,2% passando de R\$298,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$343,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Os Diretores da Companhia entendem que estes aumentos se devem a mudança na estratégia de combate às perdas da Companhia, que prioriza o uso de gastos em OPEX, com intensivo combate com equipes de campo e ações de cobrança, em detrimento de investimentos em CAPEX, com intensiva instalação de medidores eletrônicos e reforma de redes.

Depreciação e Amortização: A rubrica depreciação e amortização aumentou 9,9% passando de R\$411,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$452,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Custo de Construção. O Custo de Construção apresentou queda de 5,0% no período, equivalente a R\$47,2 milhões, passando de R\$936,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$889,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em virtude da redução no volume de investimentos realizados pela Companhia no exercício social encerrado de 2016 em comparação ao exercício social de 2015, já que a maioria dos investimentos para a realização dos

Jogos Olímpicos Rio 2016 foram feitos ao longo de 2015 e no 1º semestre de 2016. Os Diretores da Companhia entendem que o impacto da variação no Custo de Construção é neutro para o resultado final do período uma vez que é totalmente compensado por um aumento da mesma magnitude na Receita de Construção.

A rubrica outras receitas e custos apresentou aumento de 245,0% e atingiu um valor líquido de R\$102,3 milhões no exercício de 2016, contra R\$29,7 milhões no exercício de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que essa diferença se deu basicamente por uma provisão realizada em 2015, de R\$24,0 milhões, referente às perdas de adiantamento a fornecedor. Já no exercício de 2016, essa provisão foi devidamente revertida, após um acordo com o fornecedor, ou seja, foi estornada do resultado de 2015 e adicionada ao resultado de 2016, gerando um impacto positivo de R\$48 milhões na comparação entre os anos.

Despesas operacionais

As despesas operacionais estão compostas pelas despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais.

Despesas Gerais e Administrativas: A rubrica despesas gerais e administrativas diminuíram 12,9% passando de R\$770,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$671,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em decorrência de reversão parcial na provisão para riscos que passou de R\$138,9 milhões em 2015 para R\$6,4 milhões em 2016, devido à reversão de uma provisão de R\$144,8 milhões, referente a um processo até então tido como perda provável e dada a jurisprudência atual, foi alterado para perda possível. Essa discussão refere-se à aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringia a apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, sendo exigido que o crédito fosse diferido em parcelas, porém esta restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96, relacionada ao aproveitamento do crédito de ICMS na aquisição de bens de capital e uso de consumo. Essa queda foi parcialmente compensada pelo aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), que passou de R\$153,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$217,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 41,7%, principalmente em função do aumento da inadimplência dos clientes da Companhia.

Outras Despesas Operacionais: As outras despesas operacionais aumentaram 61,7% passando de R\$51,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$83,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação ocorreu devido ao registro de impairment na Light Esco, a empresa de prestação de serviços do Grupo, no valor de R\$18.296.

Resultado antes do resultado financeiro líquido e imposto de renda e contribuição social

Os Diretores da Companhia entendem que o resultado antes do resultado financeiro líquido e imposto de renda e contribuição social apresentou uma redução de 23% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para 2015, em função da queda na Receita Operacional Líquida conforme comentado em seção específica acima, que não foi compensado pelas quedas do Custo da Operação e pelas Despesas Operacionais, conforme comentado nas seções específicas acima.

Equivalência Patrimonial

O resultado de Equivalência Patrimonial passou de uma despesa de R\$126,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma despesa de R\$336,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma variação de 166,2%. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação decorre principalmente por: (i) piora de R\$24,0 milhões no resultado de Equivalência Patrimonial de Guanhães Energia, devido à provisão para *impairment* realizada pela Companhia, em função do atraso no cronograma de implantação das usinas, e; (ii) piora de R\$190,9 milhões no resultado de Equivalência Patrimonial da Renova Energia, devido ao prejuízo no exercício social encerrado em 2016 apresentado pela Renova Energia.

Guanhães Energia S.A. é um investimento que a Light fez em fevereiro de 2012, quando adquiriu 51% de participação, sendo a Cemig detentora dos demais 49%. A Guanhães é responsável pela implantação e exploração das PCHs Dores de Guanhães (14MW), Senhora do Porto (12MW), Fortuna II (9MW) e Jacaré (9MW), totalizando 44MW de potência instalada. As PCHs estão localizadas nos rios Guanhães e Corrente Grande, no Estado de Minas Gerais. O aumento do prejuízo da Guanhães Energia decorre principalmente de devido ao atraso das obras de implantação das usinas.

A Renova Energia S.A. atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólica e solar. A participação da Light na Companhia é de 15,87%.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro, líquido passou de uma despesa de R\$854,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma despesa de R\$797,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma melhora de 6,6%.

De acordo com os Diretores da Companhia, a queda decorreu, principalmente pelo ganho com variação cambial nas faturas de compra de energia de Itaipu, as quais são valoradas em dólar, em função da redução do dólar em 2016. Isso gerou um ganho de aproximadamente R\$73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, enquanto que houve uma perda entre a data de recebimento da fatura e o efetivo pagamento. Isso ajudou a compensar o aumento com os encargos de dívida.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de um lucro de R\$124,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para um prejuízo de R\$283,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Imposto de renda e contribuição social corrente aumentou 198,3% passando de R\$64,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$190,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em decorrência do efeito da queda de câmbio e das liquidações de contratos com instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) efetuados no decorrer do exercício de 2016.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Imposto de renda e contribuição social diferido passou de R\$22,4 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$160,9 milhões positivos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em decorrência do efeito da queda da taxa de câmbio e das liquidações de swaps efetuadas ao longo de 2016, cujos tributos são recolhidos quando da liquidação dos swaps, gerando um impacto de R\$167,2 milhões no resultado de 2016.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do exercício da Companhia passou de um lucro líquido de R\$37,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para um prejuízo líquido de R\$312,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, variação de -927,1%, devido principalmente a (i) queda de 11,6% na Receita Líquida e (ii) impacto do resultado negativo de Equivalência Patrimonial.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em R\$ milhões	2014 Reapresentado	%AV	2015 Reapresentado	%AV	%AH
RECEITA LÍQUIDA	9.200.832	100,0%	10.912.673	100,0%	18,6%
CUSTO DA OPERAÇÃO	(7.296.566)	(79,3)%	(8.987.319)	(82,4)%	23,2%
Energia Elétrica comprada para reveda	(5.431.295)	(59,0)%	(7.160.923)	(65,6)%	31,8%
Pessoal	(211.937)	(2,3)%	(191.210)	(1,8)%	(9,8)%
Material	(26.208)	(0,3)%	(17.976)	(0,2)%	(31,4)%
Serviço de terceiros	(292.604)	(3,2)%	(298.388)	(2,7)%	2,0%
Depreciação e amortização	(367.355)	(4,0)%	(411.647)	(3,8)%	12,1%
Custo de Construção	(940.503)	(10,2)%	(936.829)	(8,6)%	(0,4)%
Outras	(26.664)	(0,3)%	29.654	0,3%	N.A.
LUCRO BRUTO	1.904.266	20,7%	1.925.354	17,6%	1,1%
DESPESAS OPERACIONAIS	(661.278)	(7,2)%	(820.420)	(7,5)%	24,1%
Despesas gerais e administrativas	(619.979)	(6,7)%	(770.350)	(7,1)%	24,3%
Outras receitas	170	0,0%	1.276	0,0%	650,6%
Outras despesas	(41.469)	(0,5)%	(51.346)	(0,5)%	23,8%
LUCRO OPERACIONAL	1.242.988	13,5%	1.104.934	10,1%	(11,1)%
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	134.619	1,5%	(126.400)	(1,2)%	N.A.
RESULTADO FINANCEIRO	(442.480)	(4,8)%	(854.304)	(7,8)%	93,1%
Receitas	360.512	3,9%	747.591	6,9%	107,4%
Despesas	(802.992)	(8,7)%	(1.601.895)	(14,7)%	99,5%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	935.127	10,2%	124.230	1,1%	(86,7)%
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(116.154)	(1,3)%	(63.983)	(0,6)%	(44,9)%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	(156.142)	(1,7)%	(22.411)	(0,2)%	(85,6)%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	662.831	7,2%	37.836	0,3%	(94,3)%

Receita operacional líquida

No quadro abaixo segue a receita líquida por cada segmento, desconsiderando as eliminações separadamente, dos exercícios sociais de 2015 e 2014:

Receita Líquida (R\$MM)	2014	AV	2015	AV	AH
Distribuição	8.248,9	89,7%	10.016,2	91,8%	21,4%
Geração	581,5	6,3%	567,9	5,2%	(2,3)%
Comercialização e Serviços	899,2	9,8%	816,8	7,5%	(9,2)%
Eliminações	(528,8)	(5,7)%	(488,2)	(4,5)%	(7,7)%
Total	9.200,8	100,0%	10.912,7	100,0%	18,6%

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$10.912,7 milhões, representando um aumento de 18,6% comparado à receita operacional líquida de R\$9.200,8 milhões registrada no exercício social encerrado em 2014, em função do crescimento de 21,4% na receita do segmento de distribuição.

O segmento de distribuição apresentou uma receita líquida de R\$10.016,2 milhões, representando um aumento de 21,4% comparado à receita operacional líquida de R\$8.248,9 milhões registrada em 2014. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação foi decorrente principalmente de: (i) aumento tarifário médio de 22,48% a partir de março de 2015 (revisão tarifária extraordinária) e de 16,78% a partir de novembro de 2015 (reajuste anual), dados os elevados custos com compra de energia e encargos, os quais são arcados com pela distribuidora e repassados ao cliente posteriormente; e, (ii) alteração na política contábil sobre o reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão como receita operacional, anteriormente reconhecido como resultado financeiro, que elevou a receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 em R\$265,4 milhões.

A receita operacional líquida do segmento de geração passou de R\$581,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$567,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, uma queda de 2,3% que pode ser explicado pelo menor volume de venda no mercado de curto prazo a um preço de R\$287,2/MWh em 2015 contra R\$690,0/MWh em 2014, dado que no período houve um movimento de compra maior no mercado spot, decorrente da condição hidrológica desfavorável do período.

A receita operacional líquida do segmento de comercialização caiu 9,2%, passando de R\$899,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$816,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. De acordo com os Diretores da Companhia, essa queda é devida à redução no volume de energia comercializado no ano de 2015, justificada pela redução da exposição do setor ao mercado de curto prazo, conforme explicado acima.

Custo da Operação

O custo da operação atingiu R\$8.987,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, 23,2% acima dos R\$7.296,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação refere-se principalmente ao aumento de 31,8% no custo com energia elétrica comprada para revenda, que representa aproximadamente 65% do Custo da Operação, passando de R\$5.431,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$7.160,9 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, devido principalmente: (i) reajuste de 46,1% na tarifa de Itaipu com vigência a partir de janeiro de 2015; (ii) pela valorização do dólar frente ao real, com impacto nas tarifas de Itaipu e Norte Fluminense o aumento dos custos foi parcialmente compensado pelo aporte de R\$1.647,0 milhões da CDE em 2014.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o montante relativo a depreciação e amortização foi de R\$411,6 milhões, 12,1% acima dos R\$367,4 milhões registrados em 2014, devido ao aumento na base de ativos depreciáveis em 2015.

A rubrica outras receitas e custos atingiram um valor líquido de R\$29,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, contra R\$26,7 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Os diretores da Companhia entendem que essa diferença se deu pela reclassificação da receita de multas cobradas por atraso no pagamento das contas de energia, no valor de R\$77,4 milhões em 2015, que migrou do resultado financeiro para esta rubrica em função da alteração na política contábil da Companhia.

Despesas operacionais

As despesas operacionais estão compostas pelas despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 essas despesas somaram R\$820,4 milhões, um aumento de 24,1% em relação aos R\$661,3 milhões contabilizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação decorreu principalmente pelo crescimento de 24,3% nas despesas gerais e administrativas, que totalizaram R\$770,4 milhões no exercício social encerrado em dezembro de 2015 contra R\$620,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, devido, principalmente a: (i) aumento nos gastos com pessoal, referente à menor volume de capitalização de obras; (ii) serviços de terceiros, devido à ampliação do programa de Áreas de Perda Zero – APZ, e; (iii) provisões para riscos relacionado a provisões a processos cíveis, trabalhistas e fiscais.

Equivalência Patrimonial

O resultado de Equivalência Patrimonial passou de um resultado positivo de R\$134,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para um resultado de R\$126,4 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação decorre principalmente por: (i) realização da avaliação e atualização do valor da concessão da Renova Energia, no valor de R\$49,4 milhões; (ii) resultado negativo de equivalência em Guanhães de R\$74,9 milhões, incluindo R\$19,0 milhões referentes à provisão para

impairment e R\$16,0 milhões referentes à baixa de ágio em decorrência do atraso no cronograma das obras de implantação das usinas.

Guanhães Energia S.A. é um investimento que a Light fez em fevereiro de 2012, quando adquiriu 51% de participação, sendo a Cemig detentora dos demais 49%. A Guanhães é responsável pela implantação e exploração das PCHs Dores de Guanhães (14MW), Senhora do Porto (12MW), Fortuna II (9MW) e Jacaré (9MW), totalizando 44MW de potência instalada. As PCHs estão localizadas nos rios Guanhães e Corrente Grande, no Estado de Minas Gerais.

A Renova Energia S.A. atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólica e solar. A participação da Light na Companhia é de 15,87%.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$442,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para uma despesa de R\$854,3 milhões no exercício social em encerrado 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 93,1%. Os Diretores da Companhia destacam a alteração na política contábil sobre o reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão como receita operacional, anteriormente reconhecido como resultado financeiro, no valor de R\$265,4 milhões em 2015, e pela reclassificação da receita de multas cobradas por atraso no pagamento das contas de energia, no valor de R\$77,4 milhões em 2015, que migrou do resultado financeiro para outras receitas e custos operacionais em função da alteração na política contábil da Companhia.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão dos fatores mencionados acima o lucro antes do imposto de renda e contribuição social passou de R\$935,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$124,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, uma queda de 86,7%.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do exercício da Companhia passou de um lucro líquido de R\$662,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para um lucro líquido de R\$37,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando uma queda de 94,3%, justificado principalmente devido a (i) reconhecimento de valores positivos referente ao saldo da CVA – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A, mecanismo criado pela ANEEL para registrar variações de custos não gerenciáveis – de período anteriores, e; (ii) impacto negativo do resultado de Equivalência Patrimonial.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Análise das principais contas patrimoniais

Em R\$ mil	2015 Reapresentado	%AV	2016	%AV	%AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	447.441	3,0%	668.304	4,7%	49,4%
Títulos e valores mobiliários	74.682	0,5%	13.467	0,1%	(82,0)%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.199.230	14,8%	2.271.871	15,9%	3,3%
Estoques	34.960	0,2%	38.948	0,3%	11,4%
Tributos e contribuições	90.443	0,6%	120.561	0,8%	33,3%
Imposto de renda e contribuição social	86.237	0,6%	80.715	0,6%	(6,4)%
Ativos financeiros do setor	568.675	3,8%	-	0,0%	100,0%
Despesas pagas antecipadamente	24.958	0,2%	29.493	0,2%	18,2%
Dividendos e JCP a receber	-	0,0%	819	0,0%	100,0%
Serviços prestados a receber	23.597	0,2%	89.412	0,6%	278,9%
Rendas a receber swap	196.145	1,3%	87.282	0,6%	(55,5)%
Outros créditos	229.868	1,5%	211.605	1,5%	(7,9)%
Total do Circulante	3.976.236	26,7%	3.612.477	25,2%	(9,1)%
Ativo Não Circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	218.527	1,5%	418.068	2,9%	91,3%
Tributos e contribuições	85.939	0,6%	75.344	0,5%	(12,3)%
Tributos diferidos	496.891	3,3%	592.498	4,1%	19,2%
Despesas pagas antecipadamente	201	0,0%	148	0,0%	0,0%
Ativos financeiros do setor	43.001	0,3%	-	0,0%	100,0%
Ativo financeiro de concessão	2.932.833	19,7%	3.234.339	22,6%	10,3%
Depósitos vinculados a litígios	240.304	1,6%	259.698	1,8%	8,1%
Rendas a receber swap	386.858	2,6%	96.970	0,7%	(74,9)%
Outros créditos	2.147	0,0%	1.322	0,0%	(38,4)%
Investimentos	749.645	5,0%	664.440	4,6%	(11,4)%
Imobilizado	1.709.633	11,5%	1.638.441	11,4%	(4,2)%
Intangível	4.059.205	27,2%	3.736.484	26,1%	(8,0)%
Total do não circulante	10.925.184	73,3%	10.717.752	74,8%	(1,9)%
Ativo Total	14.901.420	100,0%	14.330.229	100,0%	(3,8)%

Em R\$ mil	2015 Reapresentado	%AV	2016	%AV	%AH
Passivo Circulante					
Fornecedores	1.449.642	9,7%	1.341.800	9,4%	(7,4)%
Tributos e contribuições	356.860	2,4%	315.375	2,2%	(11,6)%
Imposto de renda e contribuição social	15.262	0,1%	129.836	0,9%	750,7%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	1.629.166	10,9%	1.567.738	10,9%	(3,8)%
Debêntures e encargos financeiros	215.007	1,4%	378.589	2,6%	76,1%
Passivos financeiros do setor	-	0,0%	440.533	3,1%	100,0%
Rendas a pagar swap	-	0,0%	43.312	0,3%	100,0%
Dividendos e JCP a Pagar	51.099	0,3%	-	0,0%	(100,0)%
Obrigações estimadas	54.478	0,4%	60.897	0,4%	11,8%
Benefício pós-emprego	67	0,0%	153	0,0%	128,4%
Outros débitos	627.790	4,2%	593.172	4,1%	(5,5)%
Total do Circulante	4.399.371	29,5%	4.871.405	34,0%	10,7%
Passivo Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	2.547.976	17,1%	1.871.001	13,1%	(26,6)%
Debêntures e encargos financeiros	3.182.236	21,4%	3.126.431	21,8%	(1,8)%
Rendas a pagar swap	720	0,0%	50.341	0,4%	6.891,8%
Tributos e contribuições	183.183	1,2%	169.789	1,2%	(7,3)%
Tributos diferidos	268.147	1,8%	200.125	1,4%	(25,4)%
Passivos financeiros do setor	-	0,0%	84.168	0,6%	100,0%
Provisões	541.434	3,6%	417.874	2,9%	(22,8)%
Participações societárias a descoberto	-	0,0%	61.481	0,4%	100,0%
Benefício pós-emprego	37.189	0,2%	48.308	0,3%	29,9%
Outros débitos	76.101	0,5%	75.510	0,5%	(0,8)%
Total do não Circulante	6.836.986	45,9%	6.105.028	42,6%	(10,7)%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.225.822	14,9%	2.225.822	15,5%	0,0%
Reservas de Lucro	1.137.971	7,6%	843.824	5,9%	(25,8)%
Ajuste de avaliação patrimonial	390.317	2,6%	370.022	2,6%	(5,2)%
Outros resultados abrangentes	(89.047)	(0,6)%	(85.872)	(0,6)%	(3,6)%
Total do Patrimônio Líquido	3.665.063	24,6%	3.353.796	23,4%	(8,5)%
Total do Passivo	14.901.420	100,0%	14.330.229	100,0%	(3,8)%

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015.

Nas contas do ativo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2016, o montante de caixa e equivalentes de caixa era de R\$668,3 milhões, representando um aumento de 49,4% em relação ao valor de R\$447,4 milhões apurado em 31 de dezembro de 2015. Esse acréscimo ocorreu principalmente em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da performance operacional apresentada em 2016 e da melhora no cenário hidrológico, que permitiu gerar um caixa operacional de R\$1.142,8 milhões, conjuntamente com a redução de investimentos, realizando o montante de R\$526 milhões em 2016, e com a amortização líquida de dívidas e pagamento de dividendos, no valor total de R\$395,4 milhões em 2016.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$13,5 milhões, representando uma redução de 82,0% em relação ao saldo R\$74,7 milhões verificado em 31 de dezembro de 2015. Essa redução ocorreu para suprir a necessidade de caixa de curto prazo com o pagamento de juros, que foi R\$91,9 milhões superior ao montante de juros pagos em 2015.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$2.689,9 milhões, representando um aumento de 11,3% em relação ao saldo de R\$2.417,8 milhões verificado em 31 de dezembro de 2015. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelo maior faturamento de recuperação de energia furtada ("REN"), fruto da nova estratégia de combate às perdas da Companhia, sendo que, para a maioria dos clientes cujas as irregularidades foram identificadas, foi realizado um parcelamento dos débitos.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de tributos e contribuições era de R\$195,9 milhões, representando um aumento de 11,1% em relação ao saldo de R\$176,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse crescimento ocorreu basicamente por conta do registro de PIS e COFINS diferidos sobre o saldo de passivo financeiro do setor existente em 31 de dezembro de 2016.

Serviços prestados a receber: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de serviços prestados a receber era de R\$89,4 milhões, representando um aumento de 278,9% em relação ao saldo de R\$23,6 milhões em 31 e dezembro de 2015. Esse crescimento ocorreu principalmente por conta de serviços cobrados referentes a REN, fruto da nova estratégia de combate às perdas da Companhia, e de um aumento no saldo a receber referente ao serviço de compartilhamento de infraestrutura.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2016, o valor de tributos diferidos era de R\$592,5 milhões, representando um aumento de 19,2% quando comparado ao valor de R\$496,9 milhões apurado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação se deu principalmente pela redução do passivo diferido referente ao instrumentos financeiros derivativos (*swap*), pelo efeito da queda da taxa de câmbio e das liquidações de swaps efetuadas ao longo de 2016, cujos tributos são recolhidos quando da liquidação dos swaps, gerando um impacto de R\$167,2 milhões nos tributos diferidos ativo em 2016.

Ativos financeiros do setor (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, a Parcela A e outros itens financeiros não apresentaram saldo no ativo, e em 31 de dezembro de 2015 apresentavam um saldo de R\$611,8. Essa variação é explicada basicamente pelo repasse ao consumidor do reajuste tarifário de novembro de 2015, cobrado ao longo de 2016.

Ativo financeiro de concessões: Em 31 de dezembro de 2016, o valor do ativo financeiro de concessões era de R\$3.234,3 milhões, representando um aumento de 10,3%, quando comparado aos R\$2.932,8 milhões verificado em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento ocorreu principalmente em função de a Companhia ter efetuado investimentos relevantes em ativos elétricos na rede de distribuição da Light SESA durante os últimos anos, que inicialmente são registrados no intangível e, quando concluídos, são bifurcados e a parte do saldo que não será amortizada até o final da concessão é transferida para o ativo financeiro da concessão (R\$328,6 milhões no ano de 2016).

Rendas a receber Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o valor das rendas a receber de swap era de R\$184,3 milhões, representando uma redução de 68,4%, quando comparado aos R\$583,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente devido à queda da taxa de câmbio e às liquidações de swaps efetuadas ao longo de 2016.

Intangível: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de intangível era de R\$3.736,5 milhões, apresentando uma redução de 8,0%, em comparação com o valor de R\$4.059,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução deve-se principalmente à redução de investimentos realizada em 2016 e à conclusão de diversas obras de subestação, de ligações novas e de rede de distribuição da Light SESA ao durante o ano de 2016.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total de fornecedores era de R\$1.341,8 milhões, apresentando uma redução de 7,4% em comparação com o valor de R\$1.449,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa variação se deve principalmente à melhora do cenário hidrológico, a um menor volume de energia comprada no âmbito CCEE para atender a demanda da Distribuidora no final do ano de 2016 e dos menores preços de liquidação das diferenças (PLD) praticados no último trimestre de 2016, que geraram uma redução no saldo a pagar à CCEE relativo a comercialização no mercado de curto prazo no montante de R\$132,2 milhões.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$6.943,8 milhões, refletindo uma redução de 8,3% em comparação ao valor de R\$7.574,4 milhões verificado em 31 de dezembro de 2015. Essa diminuição se deve principalmente pela redução da taxa de câmbio e pelo volume de amortizações superar as captações no exercício de 2016. As captações no exercício de 2016 totalizaram o montante de R\$1.625,6, enquanto as amortizações somaram R\$1.969,9 milhões.

Passivos financeiros do setor (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$524,7 milhões, e em 31 de dezembro de 2015 essa rubrica não apresentava saldo no passivo. Essa variação é explicada basicamente pelos custos com compra de energia e encargos ocorridos durante o ano de 2016 terem sido inferiores aos montantes previstos e homologados na tarifa da distribuidora, sendo que a devolução para os consumidores já se iniciou a partir do reajuste tarifário de novembro de 2016.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2016, o valor das provisões para contingências era de R\$417,9 milhões, representando redução de 22,8%, quando comparado ao valor de R\$541,4 milhões registrado em 31 de dezembro de 2015. Essa redução ocorreu principalmente pela reversão de uma provisão de R\$144,8 milhões, cujo prognóstico de perda passou de provável para possível no ano de 2016.

Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o valor do passivo com benefícios pós-emprego era de R\$48,5 milhões, um aumento de 30,1% frente aos R\$37,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento ocorreu em função de um aditivo aos contratos com a Braslight, em que os termos dos contratos foram atualizados após as edições das Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 15 e 16 e cujo déficit técnico acumulado de 2015 do plano C Saldado, no valor de R\$5,4 milhões, foi assumido pela Companhia em 31 de março de 2016, e em função da atualização mensal do contrato com taxa de juros de IPCA acrescida de 5,58% ao ano.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o valor de outros débitos era de R\$668,7 milhões, uma redução de 5,0% frente aos R\$703,9 milhões registrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação ocorreu principalmente em função da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014.

Em R\$ mil	2014	%AV	2015 Reapresentado	%AV	%AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	401.138	2,9%	447.441	3,0%	11,5%
Títulos e valores mobiliários	104.698	0,8%	74.682	0,5%	(28,7)%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.380.679	10,1%	2.199.230	14,8%	59,3%
Estoques	33.967	0,2%	34.960	0,2%	2,9%
Tributos e contribuições	89.657	0,7%	90.443	0,6%	0,9%
Imposto de renda e contribuição social	30.556	0,2%	86.237	0,6%	182,2%
Parcela A e outros itens financeiros	577.458	4,2%	568.675	3,8%	100,0%
Despesas pagas antecipadamente	14.910	0,1%	24.958	0,2%	67,4%
Serviços prestados a receber	38.009	0,3%	23.597	0,2%	(37,9)%
Rendas a receber swap	1.557	0,0%	196.145	1,3%	12.497,6%
Outros créditos	282.623	2,1%	229.868	1,5%	(18,7)%
Total do Circulante	2.955.252	21,7%	3.976.236	26,7%	34,5%
Ativo Não Circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	211.547	1,6%	218.527	1,5%	3,3%
Tributos e contribuições	89.233	0,7%	85.939	0,6%	(3,7)%
Tributos diferidos	473.823	3,5%	496.891	3,3%	4,9%
Despesas pagas antecipadamente	-	0,0%	201	0,0%	0,0%
Parcela A e outros itens financeiros	536.712	3,9%	43.001	0,0%	100,0%
Ativo financeiro de concessão	2.446.443	17,9%	2.932.833	19,7%	19,9%
Depósitos vinculados a litígios	233.073	1,7%	240.304	1,6%	3,1%
Rendas a receber swap	209.734	1,5%	386.858	2,6%	84,5%
Outros créditos	2.786	0,0%	2.147	0,0%	(22,9)%
Investimentos	826.647	6,1%	749.645	5,0%	(9,3)%
Imobilizado	1.705.087	12,5%	1.709.633	11,5%	0,3%
Intangível	3.943.857	28,9%	4.059.205	27,2%	2,9%
Total do não circulante	10.678.942	78,3%	10.925.184	73,3%	2,3%
Ativo Total	13.634.194	100,0%	14.901.420	100,0%	9,3%

Em R\$ mil	2014	%AV	2015 Reapresentado	%AV	%AH
Passivo Circulante					
Fornecedores	1.560.390	11,4%	1.449.642	9,7%	(7,1)%
Tributos e contribuições	253.571	1,9%	356.860	2,4%	40,7%
Imposto de renda e contribuição social	35.548	0,3%	15.262	0,1%	(57,1)%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	482.180	3,5%	1.629.166	10,9%	237,9%
Debêntures e encargos financeiros	97.657	0,7%	215.007	1,4%	120,2%
Rendas a pagar swap	14.490	0,1%	-	0,0%	(100,0)%
Dividendos e JCP a Pagar	157.422	1,2%	51.099	0,3%	(67,5)%
Obrigações estimadas	53.812	0,4%	54.478	0,4%	1,2%
Encargos regulatórios	58.978	0,4%	360.159	2,4%	510,7%
Benefício pós-emprego	123	0,0%	67	0,0%	(45,5)%
Outros débitos	210.601	1,5%	267.631	1,8%	27,1%
Total do Circulante	2.924.772	21,5%	4.399.371	29,5%	50,4%
Passivo Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	2.729.317	20,0%	2.547.976	17,1%	(6,6)%
Debêntures e encargos financeiros	3.273.147	24,0%	3.182.236	21,4%	(2,8)%
Rendas a pagar swap	2.280	0,0%	720	0,0%	(68,4)%
Tributos e contribuições	232.525	1,7%	183.183	1,2%	(21,2)%
Tributos diferidos	222.668	1,6%	268.147	1,8%	20,4%
Provisões	512.786	3,8%	541.434	3,6%	5,6%
Benefício pós-emprego	31.976	0,2%	37.189	0,2%	16,3%
Outros débitos	76.098	0,6%	76.101	0,5%	0,0%
Total do não Circulante	7.080.797	51,9%	6.836.986	45,9%	(3,4)%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.225.822	16,3%	2.225.822	14,9%	0,0%
Reservas de Lucro	1.090.697	8,0%	1.137.971	7,6%	4,3%
Ajuste de avaliação patrimonial	409.824	3,0%	390.317	2,6%	(4,8)%
Outros resultados abrangentes	(97.718)	(0,7)%	(89.047)	(0,6)%	(8,9)%
Total do Patrimônio Líquido	3.628.625	26,6%	3.665.063	24,6%	1,0%
Total do Passivo	13.634.194	100,0%	14.901.420	100,0%	9,3%

Nas contas do ativo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$447,4 milhões, representando um aumento de 11,5% em relação ao valor de R\$401,1 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. Esse acréscimo ocorreu em função do aumento no caixa gerado pelas operações, principalmente em função dos reajustes da tarifa de energia.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$74,7 milhões, representando uma redução de 28,7% em relação ao saldo R\$104,7 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu pelo maior volume de resgates de aplicações para suprir a necessidade de capital de giro.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$2.417,8 milhões, representando um aumento de 51,8% em relação ao saldo de R\$1.592,2 milhões verificado em 31 de

dezembro de 2014. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelos aumentos tarifários ocorridos em 2015, que totalizaram 56%.

Imposto de renda e contribuição social (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor de imposto de renda e contribuição social era de R\$86,2 milhões, representando um aumento de 182,2%, quando comparado ao valor de R\$ R\$30,6 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função de créditos tributários de imposto de renda retido na fonte (IRRF) que serão compensados em exercícios futuros.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2015, o valor de tributos diferidos era de R\$496,9 milhões, representando uma redução de 4,9% quando comparado ao valor de R\$473,8 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. A variação se deu principalmente pelo aumento do passivo diferido referente aos instrumentos financeiros derivativos (*swap*), pelo efeito da elevação da taxa de câmbio, cujos tributos são recolhidos quando da liquidação dos swaps, gerando um impacto de R\$127,2 milhões nos tributos diferidos ativo em 2015.

Ativos financeiros do setor (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$611,7 milhões, representando uma redução de 45,1% quando comparado ao valor de R\$1.114,2 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. A redução se deu principalmente pelo recebimento do montante de R\$1.049,3 milhões reconhecidos em 2014 por meio de recursos da Conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR) e Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), embora ainda tenha ocorrido ao longo de 2015 um desembolso superior ao reconhecimento tarifário relativo a compra de energia e encargos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Ativo financeiro de concessões: Em 31 de dezembro de 2015, o valor do ativo financeiro de concessões era de R\$2.932,8 milhões, representando um aumento de 19,7%, quando comparado aos R\$2.446,4 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu principalmente em função de a Companhia ter efetuado investimentos relevantes em ativos elétricos na rede de distribuição da Light SESA durante os últimos anos, que inicialmente são registrados no intangível e, quando concluídos, são bifurcados e a parte do saldo que não será amortizada até o final da concessão é transferida para o ativo financeiro da concessão (R\$232,4 milhões no ano de 2015) e pelo valor justo do ativo financeiro indenizável, incluindo a alteração do índice de atualização, de IGPM para IPCA, no valor de R\$265,4.

Rendas a receber Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor das rendas a receber de swap era de R\$583,0 milhões, representando um aumento de 175,9%, quando comparado aos R\$211,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente devido à elevação da

taxa de câmbio em 2015, além de novas captações em moeda estrangeira no montante de R\$200,0 milhões, protegida por operação de swap cambial no mesmo montante.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de outros créditos era de R\$232,0 milhões, representando uma redução de 18,7% em comparação ao saldo de R\$285,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função da redução dos valores pagos como adiantamento a fornecedores.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de fornecedores era de R\$1.449,6 milhões apresentando uma redução de 7,1%, em comparação com o valor de R\$1.560,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução se deve principalmente a um menor volume de energia comprada e preço no âmbito da Camara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para comercialização nos meses de novembro e dezembro de 2015, que reduziu o saldo a pagar à CCEE em R\$249,5 milhões, amenizado pela elevação no saldo a pagar pela energia de Itaipu, no montante de 206,0 milhões.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$7.574,4 milhões, demonstrando um aumento de 15,1% em comparação ao valor de R\$6.582,3 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento se deve principalmente ao efeito de variação cambial na dívida de moeda estrangeira e ao montante captado ter superado as amortizações. As captações no exercício de 2015 totalizaram o montante de R\$829,2 milhões, enquanto as amortizações somaram R\$668,9 milhões.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2015, o valor das provisões para contingências era de R\$541,4 milhões, representando aumento de 5,6%, quando comparado ao valor de R\$512,8 milhões registrado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu principalmente pelo registro de R\$46,2 milhões de provisão relacionado a um auto de infração sobre créditos homologados de ICMS, cujo prognóstico de perda foi alterado de possível para provável em 2015.

Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor devido a esse título era de R\$37,3 milhões, um aumento de 16,3% frente aos R\$32,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu por conta da atualização mensal do contrato de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, assinado entre a Companhia e a Braslight, a uma taxa de juros de IPCA acrescida de 5,58% ao ano.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor de outros débitos era de R\$343,7 milhões, um aumento de 19,9% frente aos R\$286,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu em função do aumento do saldo de adiantamento de clientes e do montante a ser repassado para as prefeituras referente à Taxa de Iluminação Pública.

FLUXO DE CAIXA

Análise do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015

A Companhia apresenta aumento de caixa em 31 de dezembro de 2016 com relação a 31 de dezembro de 2015 em decorrência de suas operações, embora o fluxo de caixa possa variar de período a período conforme os reajustes tarifários decorrentes das variações de custos.

Em 31 de dezembro de 2016, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$668,3 milhões, frente aos R\$447,4 milhões verificados em 31 de dezembro de 2015. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento é explicado principalmente em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e da performance operacional apresentada em 2016, conjuntamente com a redução de investimentos e com a melhora no cenário hidrológico.

O quadro a seguir mostra os componentes dos nossos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2015	2016	%AH
Caixa Líquido gerado das Atividades Operacionais	979,4	1.142,9	16,7%
Caixa gerado (aplicado) nas operações	579,5	2.291,3	295,4%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	124,2	(283,0)	N.A.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	153,2	217,0	41,6%
Depreciação e amortização	459,4	494,9	7,7%
Perda na venda ou baixa de intangível / imobilizado / investimento	45,9	52,4	14,2%
Provisão para <i>impairment</i>	-	18,3	N.A.
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	788,5	(282,2)	N.A.
Provisão (reversão) de contingências, depósitos judiciais e atualizações	124,4	(26,1)	N.A.
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	30,8	(18,6)	N.A.
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	641,9	684,7	6,7%
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	5,2	5,4	3,8%
Variação swap	(520,6)	499,1	N.A.
Resultado de equivalência patrimonial	126,4	336,4	166,1%
Perda líquida em investimentos avaliados pelo custo	-	(6,1)	N.A.
Valor justo do ativo indenizável da concessão	(265,4)	20,3	N.A.
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	(1.134,4)	578,8	N.A.
Variações nos Ativos e Passivos	399,9	(1.148,4)	N.A.
Títulos e valores mobiliários	82,7	(5,6)	N.A.
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.007,1)	(470,6)	-53,3%
Dividendos recebidos	0,2	-	N.A.
Tributos, contribuições e impostos a compensar	(98,7)	53,2	N.A.
Ativos e passivos financeiros do setor	1.637,0	557,6	-65,9%
Estoques	(1,0)	(4,0)	300,0%
Serviços prestados a receber	12,0	(65,8)	N.A.
Despesas pagas antecipadamente	(10,2)	(4,5)	-55,9%
Depósitos vinculados a litígios	(21,3)	(27,9)	31,0%
Outros ativos	202,3	415,9	105,6%
Fornecedores	(50,4)	(155,1)	207,7%
Obrigações estimadas	0,7	6,4	814,3%
Tributos, contribuições e impostos a pagar	121,5	(99,0)	N.A.
Provisões	(81,8)	(88,9)	8,7%
Benefícios pós-emprego	(0,1)	0,1	N.A.
Outros passivos	353,8	(435,6)	N.A.
Juros pagos	(633,4)	(725,2)	14,5%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(106,3)	(99,4)	-6,5%
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento	(977,0)	(526,6)	-46,1%
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(97,7)	(57,6)	-41,0%
Aquisições de bens do ativo intangível	(785,5)	(358,2)	-54,4%
Aplicações/Aquisições no investimento permanente - Aporte de investidas	(41,1)	(177,6)	332,1%
Resgate de aplicações financeiras	610,2	66,8	-89,1%
Aplicações financeiras	(662,9)	-	N.A.
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento	43,9	(395,4)	N.A.
Dividendos pagos	(116,4)	(51,1)	-56,1%
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	829,2	1.625,6	96,0%
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(668,9)	(1.969,9)	194,5%
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	46,3	220,9	377,1%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	401,1	447,4	11,5%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	447,4	668,3	49,4%

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 11,5%, variando de R\$979,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.142,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo repasse tarifário da Parcela A – custos não gerenciáveis referentes à compra de energia, encargos setoriais e custo com transporte de energia - e outros itens financeiros terem sido superiores aos custos efetivos no ano de 2016.

Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento variou de R\$977,0 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$526,6 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, redução de 46,1%. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo menor volume dos investimentos de bens do ativo intangível que passou de R\$ 785,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$358,2 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente relacionados à redução na instalação de novos medidores eletrônicos e à rede de distribuição da Light SESA.

Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento passou de R\$43,8 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$395,4 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é decorrente principalmente em função da amortização de dívida no montante de R\$1.969,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (comparado com R\$668,9 no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2015) superando as captações em R\$344,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (comparado com captação de R\$160,3 milhões superior à amortização no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2015).

Análise do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014

A Companhia apresenta aumento de caixa em 31 de dezembro de 2015 com relação a 31 de dezembro de 2014 em decorrência de suas operações, embora o fluxo de caixa possa variar de período a período conforme os reajustes tarifários decorrentes das variações de custos.

Em 31 de dezembro de 2015, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$447,4 milhões, frente aos R\$401,1 milhões verificados em 31 de dezembro de 2014. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento é explicado pelo aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais, principalmente em função do aumento da tarifa de energia da distribuidora.

O quadro a seguir mostra os componentes dos nossos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Em R\$ milhões	2014	2015	%AH
Caixa Líquido gerado das Atividades Operacionais	585,5	979,4	67,3%
Caixa gerado (aplicado) nas operações	960,1	579,5	-39,6%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	935,1	124,2	-86,7%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	127,5	153,2	20,2%
Depreciação e amortização	414,8	459,4	10,8%
Perda na venda ou baixa de intangível / imobilizado / investimento	11,6	45,9	295,7%
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	157,1	788,5	401,9%
Provisão (reversão) de contingências, depósitos judiciais e atualizações	81,6	124,4	52,5%
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	(0,9)	30,8	-3522,2%
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	568,5	641,9	12,9%
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	3,5	5,2	48,6%
Variação swap	(21,6)	(520,6)	2310,2%
Resultado de equivalência patrimonial	(134,6)	126,4	N.A.
Valor justo do ativo indenizável da concessão	(68,4)	(265,4)	288,0%
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	(1.114,1)	(1.134,4)	1,8%
Variações nos Ativos e Passivos	(374,6)	399,9	-206,8%
Títulos e valores mobiliários	(0,3)	82,7	N.A.
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(286,0)	(1.007,1)	252,1%
Dividendos recebidos	1,2	0,2	-83,3%
Tributos, contribuições e impostos a compensar	44,0	(98,7)	N.A.
Ativos e passivos financeiros do setor	-	1.637,0	N.A.
Estoques	(4,3)	(1,0)	-76,7%
Serviços prestados a receber	(8,2)	12,0	N.A.
Despesas pagas antecipadamente	0,9	(10,2)	N.A.
Depósitos vinculados a litígios	10,5	(21,3)	N.A.
Outros ativos	(68,3)	202,3	N.A.
Fornecedores	631,5	(50,4)	N.A.
Obrigações estimadas	(12,8)	0,7	N.A.
Tributos, contribuições e impostos a pagar	172,9	121,5	-29,7%
Provisões	(92,7)	(81,8)	-11,8%
Benefícios pós-emprego	(3,5)	(0,1)	-97,1%
Outros passivos	(8,4)	353,8	N.A.
Juros pagos	(593,7)	(633,4)	6,7%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(157,4)	(106,3)	-32,5%
Caixa Líquido gerado das (aplicado nas) Atividades de Investimento	255,5	(977,0)	N.A.
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(114,3)	(97,7)	-14,5%
Aquisições de bens do ativo intangível	(718,6)	(785,5)	9,3%
Aplicações/Aquisições no investimento permanente - Aporte de investidas	(51,2)	(41,1)	-19,7%
Resgate de aplicações financeiras	1.224,7	610,2	-50,2%
Aplicações financeiras	(85,1)	(662,9)	679,0%
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento	(986,3)	43,9	N.A.
Dividendos pagos	(364,8)	(116,4)	-68,1%
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.992,8	829,2	-58,4%
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.389,6)	(668,9)	-51,9%
Amortização de dívida contratual com plano de pensão	(1.224,7)	-	N.A.
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(145,3)	46,3	N.A.
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	546,4	401,1	-26,6%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	401,1	447,4	11,5%

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 67,3%, variando de R\$585,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$979,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo recebimento dos recursos de Parcela A e outros ativos financeiros, no montante de R\$1.049,3 milhões, por meio de recursos da Conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR) e Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), embora ainda tenha ocorrido ao longo de 2015 um desembolso superior ao reconhecimento tarifário relativo a compra de energia e encargos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – conta criada para desenvolvimento da universalização do serviço de energia elétrica.

Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento variou de R\$255,5 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$977,0 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução do montante resgatado de aplicações financeiras que passou de R\$ 104,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 74,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Em 2014, esse montante foi afetado pelo resgate do saldo destinado à quitação do contrato de dívida relacionada a benefício pós-emprego, o que não ocorreu em 2015.

Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento passou de R\$986,3 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para um resgate de R\$43,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é decorrente principalmente em função da amortização de dívida contratual com plano de pensão no montante de R\$1.224,7,9 realizada no exercício de 2014, o que não ocorreu em 2015.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da Light S.E.S.A. (distribuição), pela venda de energia gerada pela Light Energia e pela energia comercializada pela LightCom (comercialização e serviços).

Os Diretores da Companhia acreditam que os principais fatores que impulsionam o desempenho / principais componentes da receita líquida consolidada da Companhia são:

- (i) Fornecimento de energia pela Light S.E.S.A.;
- (ii) Tarifa praticada;
- (iii) Inadimplência;
- (iv) Nível de perdas de energia;
- (v) Volume de energia vendido pela Light Energia;
- (vi) Volume de energia comercializado pela Light Com, e;
- (vii) Conjuntura Macroeconômica Brasileira.

No quadro abaixo segue a receita líquida, desconsiderando as eliminações, dos últimos 3 anos:

Receita Líquida (R\$MM)	2016	2015	2014
Distribuição	8.657,7	10.016,2	8.248,9
Geração	627,7	567,9	581,5
Comercialização e Serviços	951,4	816,8	899,2

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores da Companhia entendem que os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais estão relacionadas a: (i) fornecimento de energia elétrica pela sua distribuidora; (ii) tarifas reguladas do setor de distribuição; (iii) inadimplência no segmento de distribuição; (iv) perdas de energia em sua distribuidora; (v) venda e comercialização de energia pela sua geradora e comercializadora.

Fornecimento de energia elétrica

A tabela abaixo descreve o fornecimento de energia pela Light S.E.S.A., aos clientes cativos nas classes, residencial, industrial, comercial e outras, mostrando a evolução do consumo e faturamento dessas classes, desde 2014, e suas participações no faturamento total. O consumo e faturamento dessas classes tem ligação direta com variação da receita líquida da Companhia, ou seja, quanto maior o consumo, maior será a receita líquida, se as tarifas se mantiverem constantes.

Classe de Clientes	2016			2015			2014		
	Consumo (GWh)	R\$ milhões	% fornecimento de energia elétrica	Consumo (GWh)	R\$ milhões	% fornecimento de energia elétrica	Consumo (GWh)	R\$ milhões	% fornecimento de energia elétrica
Residencial	8.850	5.227,2	41,1	8.778	4.660,0	41,1	8.950	3.190,2	41,6
Industrial	1.060	488,9	6,0	1.274	484,8	6,0	1.396	332,8	6,5
Comercial	7.149	3.891,3	35,4	7.567	3.735,1	35,4	7.449	2.346,2	34,6
Outros	3.602	1.547,7	17,5	3.743	1.446,4	17,5	3.705	879,8	17,2
ICMS		3.859,1			3.621,8			2.373,3	
Fornecimento Não Faturado		(132,2)			224,6			104,7	
Total	20.661	14.882		21.361	14.172,7		21.500	9.227,0	

Tarifa Praticada

A estrutura tarifária das concessionárias de distribuição está dividida em dois grandes grupos de consumidores: "Grupo A" e "Grupo B".

Conforme a Resolução Normativa nº 414/2010, o Grupo A é composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV, ou atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária, caracterizado pela tarifa binômia (i.e., pagamento por consumo de energia elétrica ativa e demanda) e subdividido nos seguintes subgrupos: a) subgrupo A1 – tensão de fornecimento igual ou superior a 230 kV; b) subgrupo A2 – tensão de fornecimento de 88 kV a 138 kV; c) subgrupo A3 – tensão de fornecimento de 69 kV; d) subgrupo A3a – tensão de fornecimento de 30 kV a 44 kV; e) subgrupo A4 – tensão de fornecimento de 2,3 kV a 25 kV; e f) subgrupo AS – tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV, a partir de sistema subterrâneo de distribuição.

O Grupo B, composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV, tem tarifa monômia (i.e., pagamento apenas por consumo de energia elétrica ativa) e está subdividido em a) subgrupo B1 – residencial; b) subgrupo B2 – rural; c) subgrupo B3 – demais classes; e d) subgrupo B4 – Iluminação Pública.

Os valores cobrados de consumidores ainda levam em consideração as seguintes modalidades tarifárias binômias possíveis: (i) modalidade tarifária horária branca, aplicada às unidades consumidoras do Grupo B, exceto para o subgrupo B4 e para as subclasses Baixa Renda do subgrupo B1, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia, , (ii) modalidade tarifária horária verde, aplicada às unidades consumidoras do Grupo A, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia, assim como de uma única tarifa de demanda de potência, (iii) modalidade tarifária horária azul, aplicada às unidades consumidoras do Grupo A, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica e de demanda de potência, de acordo com as horas de utilização do dia; e (iv) modalidade convencional monômia, aplicada às unidades consumidoras do Grupo B, caracterizada por tarifas de consumo de energia elétrica, independentemente das horas de utilização do dia.

Reajustes Tarifários Anuais

Sob o regime de serviço pelo preço anteriormente referido, as tarifas das concessionárias de distribuição foram estabelecidas nos contratos de concessão originais e são preservadas pelas condições de revisão e reajuste previstas em lei e no próprio contrato. Sempre que forem atendidas tais condições, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro das concessões (Lei no 8.987/1995, art. 10).

Nos termos do Contrato de Concessão Light, a Light tem reajustes anuais. Para tanto, sua receita é dividida entre: (i) a Parcela A, que corresponde aos custos de compra de energia elétrica, conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição e encargos setoriais, e (ii) Parcela B, valor remanescente da receita da concessionária, excluído o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS.

Conforme explicação da ANEEL: "Segundo o contrato de concessão, a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os custos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujos montantes e preços, em certa medida, escapam à vontade ou gestão da distribuidora, além dos encargos setoriais, que não são gerenciáveis pela empresa. A Parcela B compreende o valor remanescente da receita, envolvendo, portanto, os chamados "custos gerenciáveis". São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária, ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros), além da quota de depreciação e da remuneração dos investimentos." (Nota Técnica no 282/2012-SER/ANEEL, de 13.08.2012).

Em razão da diferença conceitual entre custos gerenciáveis e não gerenciáveis, os valores da Parcela A e da Parcela B da concessionária são tratados de maneira distinta no cálculo do reajuste tarifário:

"O objetivo do Reajuste Tarifário Anual é manter o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no Contrato de Concessão CELPA. Acontece anualmente, exceto no ano da revisão tarifária periódica, na data de aniversário do contrato. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos da Parcela A. Os outros custos, constantes da Parcela B, são corrigidos pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas. A correção da Parcela B ainda depende do Fator X, índice fixado pela ANEEL por ocasião da revisão tarifária periódica. Sua função é compartilhar com o consumidor os ganhos de eficiência e competitividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, o que contribui para a modicidade tarifária."

A Parcela B compreende os custos "gerenciáveis", que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irre recuperáveis.

Revisões Tarifárias Periódicas

Enquanto o objetivo do reajuste tarifário é a manutenção do poder de compra da receita da concessionária, a cada quatro anos a ANEEL realiza uma revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição, com o propósito de alterar as tarifas, para mais ou para menos, de forma a refletir as alterações nas estruturas de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas.

Por meio da Resolução Homologatória no 1327, de 31.07.2012, foi homologado o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Light. A próxima revisão tarifária da ocorrerá em 2022.

Revisão Tarifária Extraordinária

Visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e pode ser realizada a qualquer tempo, mediante solicitação da concessionária, caso haja alterações significativas nos custos desta. A última ocorreu em 27 de fevereiro de 2015, com vigência a partir de 2 de março de 2015.

Inadimplência

Historicamente, um percentual significativo do faturamento da Light S.E.S.A. não é pago na data de vencimento e dá origem ao provisionamento na conta de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), de acordo com as práticas contábeis regulatórias do setor. A PCLD representou 1,3% e 1,0% da receita bruta de fornecimento de energia, no exercício social encerrado em 2014 e em 2015, respectivamente. No exercício social encerrado em 2016, a PCLD foi de 1,4% da receita bruta de faturamento de energia, totalizando R\$205,6 milhões. Tal resultado foi R\$52,6 milhões superior ao registrado no exercício anterior. O aumento é explicado principalmente pelo atual cenário econômico desfavorável vivido pelo país.

Em relação aos débitos em aberto de janeiro de 2015 a abril de 2016, referente ao Poder Público Estadual, no montante de R\$153,1 milhões, foi publicado o decreto no dia 01 de julho de 2016, que foi regulamentado pela Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro. Este valor está sendo compensado com ICMS em até 29 parcelas. A compensação teve início na apuração do ICMS referente ao mês de agosto de 2016.

No segmento de Serviço Público, parte das faturas de um grande cliente foi assumida pelo Governo Estadual por meio de compensação de ICMS, no montante de R\$39,0 milhões, em 12 meses. O decreto para regulamentar a lei foi publicado em 30 de junho de 2016 e orientou a assinatura de um "Termo de Acordo", que foi assinado em 29 de setembro de 2016 e permitiu o início da compensação do imposto. O restante da dívida deste cliente, no montante de R\$48,7 milhões, foi parcelado em 36 vezes, a partir de junho de 2016.

Perdas de Energia

A Light S.E.S.A. está sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas não técnicas. As perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas não técnicas resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a obrigação de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Com a conclusão da Audiência Pública nº 052/2007, em 25 de novembro de 2008, a ANEEL modificou a metodologia de cálculo da taxa de perdas de energia regulatória, que é repassada aos consumidores. A nova metodologia adotada pela ANEEL leva em consideração o índice de complexidade social, que permite diferenciar as áreas de concessão quanto a determinadas características socioeconômicas.

Com base nessa nova metodologia, as perdas não técnicas, calculadas anteriormente sobre a carga fio, passam a ser calculadas sobre o mercado de baixa tensão, considerando-se uma trajetória declinante até o fim do ciclo tarifário.

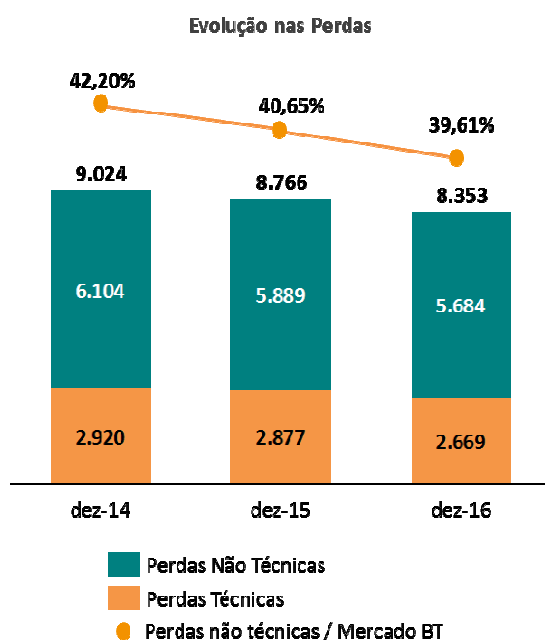
Em novembro de 2013, a ANEEL aprovou o processo de Revisão Tarifária da Light S.E.S.A., determinando os novos valores de perdas não técnicas que serão reconhecidos ao longo do novo ciclo regulatório. Esse percentual será de 40,41% sobre o mercado de baixa tensão, constante ao longo do ciclo. O valor correspondente à diferença entre esse percentual e um referencial que parte de

31,37%, no início do ciclo, até atingir 29,69% em 2018, será investido no programa de combate a perdas da Companhia e tratado como Obrigações Especiais, fora da Base de Remuneração Regulatória. A evolução dos resultados do programa de combate a perdas será acompanhada pela ANEEL, como condição para a manutenção do patamar de 40,41%.

A Light S.E.S.A. conseguiu expressiva redução nas perdas de energia elétrica no ano de 2016. Comparativamente com o ano de 2015, a redução atingiu 1,0 ponto percentual. Com isso, as perdas não técnicas totalizaram 5.683 GWh no ano de 2016, representando 39,6% sobre a energia faturada no mercado de baixa tensão e 15,3% sobre a carga fio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as perdas não técnicas totalizaram 5.889GWh, representando 40,6% sobre o mercado de baixa tensão, e 15,6% sobre a carga fio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as perdas não técnicas totalizaram 6.104GWh, representando 42,2% sobre o mercado de baixa tensão, e 16,1% sobre a carga fio.



Venda e Comercialização de Energia

A Receita Líquida também é impactada pelo volume de venda e comercialização de energia, das subsidiárias integrais Light Energia e Light Com. Desconsiderando as eliminações, esses segmentos tiveram uma participação de 15,4%, 12,1% e 15,2% na receita líquida em 2016, 2015 e 2014, respectivamente.

Nossos Diretores esclarecem que o despacho das usinas hidrelétricas é controlado pelo ONS. A fim de compensar as más condições hidrológicas de 2014 e de 2015 e manter os níveis de segurança nos reservatórios e os níveis de fornecimento de energia elétrica, o ONS despachou usinas termelétricas. A substituição da geração hidrelétrica pela geração termoeletrica causou resultados adversos no

segmento de geração da Companhia, uma vez que as usinas hidrelétricas da Companhia receberam uma quantidade de energia inferior à energia assegurada no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Esse déficit de energia chamado de Fator de Geração em Escala ou "GSF" representou uma despesa, expondo o operador das usinas hidrelétricas a riscos de spot price. Desde janeiro de 2014, as geradoras vêm sofrendo as consequências adversas do GSF. Esse déficit de geração foi provocado principalmente pelo baixo nível de armazenamento dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN), que acarretou o despacho de todas as usinas termelétricas disponíveis no sistema. Com a melhora do cenário hidrológico em 2016 e um nível menor do GSF, o segmento de geração apresentou aumento de 10,5% na receita líquida, atingindo R\$627,7 milhões em 2016 contra R\$567,9 milhões em 2015, conforme explicado no item 10.1.

Conjuntura Macroeconômica Brasileira

Todas as operações da Companhia são afetadas pela conjuntura macroeconômica brasileira. Em particular, a performance da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica, e a inflação impacta nos custos e margens da Companhia.

A taxa de crescimento do PIB também influencia os resultados da Companhia. Uma desaceleração prolongada na atividade econômica no Brasil, decorrente da crise financeira internacional e seus efeitos no Estado do Rio de Janeiro, pode vir a reduzir a demanda por alguns dos serviços prestados pela Companhia, o que prejudicaria os resultados operacionais da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As tarifas da Light S.E.S.A são determinadas de acordo com os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica, regulamentação e decisões da ANEEL, que possui discricionariedade no exercício de suas atividades regulatórias. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica e a lei brasileira determinam um mecanismo de teto tarifário que permite três tipos de ajustes tarifários: (1) reajuste periódico, que ocorre anualmente com vigência a partir 07 de novembro; (2) revisão periódica, que ocorre a cada cinco anos; e (3) revisão extraordinária. O reajuste anual periódico é realizado para repassar parte dos ganhos de produtividade, compensar efeitos da inflação e repassar aos consumidores certas mudanças nos custos estruturais das distribuidoras que excedam seu controle, tais como o custo de compra e transmissão de energia e encargos regulatórios. Adicionalmente, a ANEEL realiza uma revisão tarifária periódica, que no caso da Light S.E.S.A. ocorre a cada cinco anos, com o objetivo de analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Na revisão tarifária são determinadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados, com prudência. As distribuidoras também podem requerer uma revisão extraordinária, quando algum evento provocar significativo desequilíbrio econômico-financeiro. Também pode ser solicitada em casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, após a assinatura dos contratos de concessão, e desde que o impacto sobre as atividades das empresas seja devidamente comprovado.

Exercício Social 2016

A ANEEL aprovou no dia 05 de novembro de 2015, o índice de reajuste tarifário para a Light S.E.S.A., constituído de dois componentes: o estrutural, que passou a integrar a tarifa, de -1,23%; e o financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de -4,23%. Considerando a retirada do componente financeiro então presente nas tarifas da Light, de -6,79%, os consumidores da Light S.E.S.A. observaram uma redução média em suas contas de luz de 12,25%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 7 de novembro de 2016, e impactaram negativamente o resultado da Light S.A. no exercício social de 2016.

Com relação à evolução dos resultados do programa de combate às perdas, o percentual de perdas não técnicas a ser reconhecido na tarifa foi mantido em 40,41% sobre o mercado de baixa tensão.

Exercício Social 2015

A ANEEL aprovou no dia 05 de novembro de 2015, o índice de reajuste tarifário para a Light S.E.S.A., constituído de dois componentes: o estrutural, que passou a integrar a tarifa, de 16,97%; e o financeiro, aplicado exclusivamente aos 12 meses seguintes, de 7,95%. Considerando a retirada do componente financeiro então presente nas tarifas da Light, de 8,64%, os consumidores da Light S.E.S.A. observaram um aumento médio em suas contas de luz de 16,78%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 7 de novembro de 2015, e impactaram positivamente o resultado da Light S.A. em 2015.

Exercício Social 2014

A ANEEL aprovou no dia 04 de novembro de 2014, o índice de reajuste tarifário para a Light S.E.S.A., constituído de dois componentes: o estrutural, que passou a integrar a tarifa, de 14,54%; e o financeiro, aplicado exclusivamente aos 12 meses seguintes, de 8,64%. Considerando a retirada do componente financeiro então presente nas tarifas da Light, de 3,95%, os consumidores da Light S.E.S.A. observaram um aumento médio em suas contas de luz de 19,23%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 7 de novembro de 2014, e impactaram positivamente o resultado da Light S.A. em 2014.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio

Exercício Social 2016

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: parte da tarifa de distribuição de energia pertinente à Light S.E.S.A estava atrelada ao IGP-M, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

- IPCA: a tarifa de boa parte dos contratos de geração de energia pertinente à Light S.E.S.A. estava atrelada ao IPCA, inclusive 24% do endividamento total da Companhia estava vinculado ao indexador no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da Companhia e aproximadamente 61,3% do seu endividamento total, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, estavam atrelados ao CDI.
- TJLP: Em 31 de dezembro de 2016, 13,3% do endividamento da Companhia estava atrelado à TJLP. Desse total, a maior parte é devido aos contratos de financiamento dos programas de investimentos e projetos da Companhia, firmados com o BNDES.
- Taxas de câmbio: Aproximadamente 24,8% do endividamento com terceiros da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, estava denominado em moeda estrangeira, em dólar. No entanto, a política para utilização de instrumentos de derivativos cambiais aprovada pelo Conselho de Administração determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses. Assim, as operações de moeda estrangeiras estão vinculadas a operações de derivativos que tem como objeto transferir o risco para CDI e apenas 0,6% da dívida tem exposição cambial.
- Adicionalmente, a tarifa de compra de energia de Itaipu também é denominada em dólares, mas cujas variações são repassadas para a tarifa de energia elétrica, através do mecanismo da Conta de Compensação de Valores da Parcela A (CVA).

Exercício Social 2015

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: parte da tarifa de distribuição de energia pertinente à Light S.E.S.A. estava atrelada ao IGP-M, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.
- IPCA: a tarifa de boa parte dos contratos de geração de energia pertinente à Light S.E.S.A. estava atrelada ao IPCA, inclusive 10,8% do endividamento total da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, estava vinculado ao indexador.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da Companhia e aproximadamente 72,8% do seu endividamento total, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, estavam atrelados ao CDI.
- TJLP: Em 31 de dezembro de 2015, 10,8% do endividamento da Companhia estava atrelado ao TJLP. Desse total, a maior parte é devido aos contratos de financiamento dos programas de investimentos e projetos da Companhia, firmados com o BNDES.
- Taxas de câmbio: Aproximadamente 29,7% do endividamento com terceiros da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, estava denominado em moeda estrangeira, sendo 26,9% em dólar e 2,8% em euro. No entanto, a política para utilização de instrumentos de derivativos cambiais aprovada pelo conselho de administração determina a proteção

do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses. Assim, descontando-se do percentual de dívidas denominadas em moeda estrangeira, o valor da posição de derivativos cambiais contratados em 31 de dezembro de 2015 chega-se a uma exposição cambial efetiva de 0,7%.

- Adicionalmente, a tarifa de compra de energia de Itaipu também é denominada em dólares, mas cujas variações são repassadas para a tarifa através do mecanismo da CVA.

Exercício Social 2014

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: parte da tarifa de distribuição de energia pertinente à Light S.E.S.A estava atrelada ao IGP-M, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

- IPCA: a tarifa de boa parte dos contratos de geração de energia pertinente à Light S.E.S.A estava atrelada ao IPCA, inclusive 9,9% do endividamento total da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, estava vinculado ao indexador.

- CDI: Todas as aplicações financeiras da Companhia e aproximadamente 71,6% do seu endividamento total, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, estavam atrelados ao CDI.

- TJLP: Em 31 de dezembro de 2014, 14,2% do endividamento da Companhia estava atrelado ao TJLP. Desse total, a maior parte é devido aos contratos de financiamento dos programas de investimentos e projetos da Companhia, firmados com o BNDES.

- Taxas de câmbio: Aproximadamente 22,2% do endividamento com terceiros da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, estava denominado em moeda estrangeira, sendo 19,64% em dólar e 2,48% em euro. No entanto, a política para utilização de instrumentos de derivativos cambiais aprovada pelo conselho de administração determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses. Assim, descontando-se do percentual de dívidas denominadas em moeda estrangeira, o valor da posição de derivativos cambiais contratados em 31 de dezembro de 2014 (US\$491,4 milhões e €50,0 milhões), chega-se a uma exposição cambial efetiva de 0,45%.

- Adicionalmente, a tarifa de compra de energia de Itaipu também é denominada em dólares, mas cujas variações são repassadas para a tarifa através do mecanismo da CVA.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

- Conforme divulgado em Fato Relevante da Companhia datado de 08 de agosto de 2013, a Light Energia S.A. ("Light Energia"), subsidiária integral da Companhia, aprovou naquela data a celebração de Acordo de Investimento com a RR Participações S.A. ("RR"), Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), Renova Energia S.A. ("Renova") e Chiplely SP Participações S.A. ("Chiplely"), que tem por objeto disciplinar a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a aquisição pela Chiplely de parte ou totalidade das ações de emissão da Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH"), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH, celebrado entre Cemig GT e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Petrobras"), em 14 de junho de 2013 e cedido pela Cemig GT à Chiplely ("Acordo de Investimentos"). O fechamento de tal operação ocorreu em outubro de 2014, quando a participação da Light Energia no capital total da Renova foi diluída de 21,9% para 15,9%, representando ganho de equivalência patrimonial para a Light Energia de R\$143 milhões.

- Em 24 de julho de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação no capital social de CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. ("E-Power"), representativa de 20% do capital total da E-Power, para CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A. ("CR Zongshen"), pelo valor de R\$1.096.589,12, com atualização pelo IGP-M, acrescido de juros de 8% ao ano até a data do efetivo pagamento, de forma que foi extinto o Acordo de Acionistas da E-Power celebrado entre a Companhia e a CR Zongshen, sem quaisquer obrigações remanescentes para as partes signatárias.

- Em 07 de maio de 2015, a Renova anunciou Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários, entre a Renova, a SE Emerging Markets Yield, Inc. ("TerraForm Global") e a SunEdison Inc. ("SunEdison") por meio do qual a Renova se comprometia a contribuir com determinados ativos operacionais na TerraForm Global. Em 15 de julho de 2015 foi anunciada a Fase II da operação, que compreendia outros ativos. Em 19 de setembro de 2015 ocorreu o fechamento de parte da primeira fase da operação com a TerraForm Global com relação os ativos operacionais eólicos dos projetos Bahia e Salvador, ficando pendente a contribuição dos projetos da Espra. Em 01 de dezembro de

2015, a Companhia foi notificada sobre o cancelamento da Fase II do seu Acordo com a TerraForm Global / SunEdison, que foi extinto em seguida conforme detalhado no próximo item.

- Em 15 de julho de 2015, foi celebrado CCVA da Light Energia com a SunEdison, o qual estabelecia os termos e condições para alienação das 50.561.797 ações ordinárias, correspondentes a 15,87% do capital social total da Renova. Nessa mesma data foi contratada uma instituição financeira para monetizar as ações. Em 10 de setembro de 2015, foi celebrado, entre Light Energia e o BNDESPAR, contrato particular de opção de venda de ações da Renova. No dia 01 de dezembro, a Light Energia recebeu uma notificação, por parte da SunEdison, informando da rescisão do CCVA devido ao não cumprimento de uma das condições precedentes e a condições adversas do mercado. Foi automaticamente extinto o Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Renova Energia, entre a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a Light Energia.

- Em 30 de março de 2016, a Cemig e o Redentor Fundo de Investimento em Participações ("FIP Redentor") celebraram o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica – ("Parati"), cujos efeitos estavam sob a condição suspensiva de serem aprovadas, pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Cemig, até 25 de maio de 2016, as alterações pactuadas relacionadas à Opção de Venda outorgada pela Cemig ao FIP Redentor. Em 24 de maio de 2016, foi celebrado o Segundo Aditamento ao Acordo de Acionistas da Parati para rerratificar o prazo para o cumprimento da condição suspensiva prevista no Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da Parati de até 25 de maio de 2016 para até 27 de maio de 2016. Em 31 de maio de 2016, houve o Terceiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da Parati, para formalizar alterações relacionadas à Opção de Venda outorgada pela Cemig ao ("FIP Redentor"), conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Cemig realizada em 24 de março de 2011, rerratificada nas assembleias realizadas em 27 e 30 de maio de 2016.

- Em 6 de setembro, a Cemig adquiriu a totalidade das ações de emissão da RME – Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") e da Luce Empreendimentos E Participações S.A. ("LEPSA"), detidas pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG") pelo valor de R\$201.961.743,54, referente a 153.634.195 ações preferenciais.

A Cemig, com essa aquisição, aumentou sua participação acionária na RME de 60,65% para 66,27% do capital social total, mantendo, contudo, a participação de 50% do capital social votante da RME, bem como aumentou sua participação acionária na LEPSA de 61,06% para 66,62% do capital social total, mantendo, contudo, sua participação de 50% do capital social votante da LEPSA.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não se aplica, uma vez que não houve eventos ou operações não usuais com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

A Administração da Companhia, visando melhorar apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, reavaliou algumas práticas adotadas e procedeu algumas alterações de políticas contábeis e reclassificações para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, destacadas a seguir:

- (i) Valor justo do ativo indenizável da concessão registrado como receita operacional, sendo anteriormente reconhecido como resultado financeiro.

A Administração da Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu pela alteração no reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão. Anteriormente, o valor justo era reconhecido como resultado financeiro. No entanto, pelo fato de se tratar de um efeito intrínseco à atividade fim do negócio de distribuição de energia e para proporcionar uma melhor apresentação de seu desempenho, a Companhia passou a apresentar o valor justo do ativo indenizável da concessão como receita operacional, em uma rubrica específica.

O valor justo do ativo indenizável da concessão abrange parte da remuneração da infraestrutura do negócio de distribuição, sendo que integra a base de remuneração regulatória e é devidamente atualizado com base nos índices determinados pela ANEEL. Dessa forma, o valor justo indenizável da concessão passa a ser reconhecido no mesmo grupo de receita operacional onde já são reconhecidas as demais receitas da atividade de distribuição.

- (ii) Receita de multas cobradas por inadimplência dos consumidores classificadas como custo operacional, anteriormente apresentada como resultado financeiro.

A Administração da Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu pela alteração de sua política contábil quanto à classificação de multas cobradas por inadimplência dos consumidores, com o objetivo de refletir de forma mais fidedigna o desempenho operacional da Companhia e melhor a divulgação das informações financeiras, passando a apresentar a receita de multas cobradas por inadimplência dos consumidores como custo operacional, anteriormente apresentada como resultado financeiro.

A inadimplência dos consumidores de energia elétrica da área de concessão da Light S.E.S.A., localizada em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, geram custos significativos para a distribuidora em função do percentual de consumidores que não pagam as faturas em seu vencimento. A complexidade da área de concessão da Light para perdas e arrecadação é reconhecida inclusive pela ANEEL. Para obter o efetivo recebimento da fatura, são realizados diversos procedimentos de cobrança em volumes significativos, tais como avisos de corte, tele cobrança,

inscrição em serviços de proteção ao crédito, cobrança domiciliar, agências de cobrança, equipes de cobrança, equipes de corte e religação de energia, protesto de duplicatas, agências móveis, dentre outros processos internos e externos. Todos estes gastos já vinham sendo reconhecidos pela Companhia em seu resultado operacional.

Para contrapor ao registro destes gastos operacionais, a Companhia passou a apresentar a multa compensatória de 2% incidente sobre as faturas pagas após a data de vencimento, prevista como penalidade e de caráter punitivo pelo descumprimento da obrigação dos consumidores, como resultado operacional. As multas compensatórias incorridas pela Companhia em atrasos nos seus pagamentos também foram reclassificadas para o resultado operacional.

Para os consumidores inadimplentes, também são cobrados acréscimos moratórios sobre as faturas em atraso. Esses acréscimos moratórios permanecem sendo apresentados no resultado financeiro, e, portanto, não sofreram alteração na apresentação.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nas demonstrações do resultado consolidado e na demonstração do valor adicionado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essas mudanças de práticas não alteraram o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Na demonstração de resultado, a reclassificação entre o resultado financeiro e a receita operacional do valor justo do ativo indenizável da concessão gerou um aumento na receita operacional de R\$265,4 milhões e uma redução no resultado financeiro de igual valor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Na demonstração de resultado, a reclassificação das multas cobradas por inadimplência dos consumidores gerou uma redução no resultado financeiro de R\$77,4 milhões e um aumento, de mesmo valor, nas outras receitas/despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

2016:

Ressalvas: Não há

Ênfases: Foi incluída uma ênfase com o objetivo de chamar a atenção para o fato de ainda existirem investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. A Administração entende que a ênfase é adequada, pois a Norte Energia é uma investida indireta da Companhia, com participação de 2,49%, cujo investimento totaliza R\$267,3 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Foi incluída também uma ênfase com o objetivo de chamar a atenção para o excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 na controlada indireta em conjunto Renova Energia, nos montantes consolidados de R\$3.210,5 milhões e de R\$1.143,7 milhões,

respectivamente. Destacada também a necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia e de suas controladas. A Administração entende que a ênfase é adequada tendo em vista o valor do investimento de R\$305,5 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Em função de mudanças de políticas contábeis, alguns saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação na demonstração de resultado e na demonstração de valor adicionado. A reclassificação entre o resultado financeiro e a receita operacional do valor justo do ativo indenizável da concessão gerou um aumento na receita operacional de R\$265,4 milhões e uma redução no resultado financeiro de igual valor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e a reclassificação das multas cobradas por inadimplência dos consumidores gerou uma redução no resultado financeiro de R\$77,4 milhões e um aumento, de mesmo valor, nas outras receitas/despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Administração entende que a ênfase é adequada em função da alteração da demonstração do resultado e da demonstração do valor adicionado comparativos para refletir melhor a natureza da operação.

2015:

Ressalvas: Não há

Ênfases: Foi incluída uma ênfase com o objetivo de chamar a atenção para o fato de ainda existirem investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. A Administração entende que a ênfase é adequada, pois a Norte Energia é uma investida indireta da Companhia, com participação de 2,49%, cujo investimento totaliza R\$169,9 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Foi incluída também uma ênfase mencionando a reapresentação após ajustes identificados pela Administração na Amazônia Energia S.A. (que possui investimento na Norte Energia S.A.) nas Demonstrações Financeiras de 2015. Após esse ajuste foi emitido novo parecer, sem qualquer ênfase.

Em função da decisão da Administração de alinhar a apresentação da demonstração do resultado com o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela ANEEL, alguns saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação na demonstração de resultado e na demonstração de valor adicionado. A Administração entende que a ênfase foi adequada em função da alteração da demonstração do resultado e da demonstração do valor adicionado comparativos para refletir melhor a natureza da operação.

2014:

Ressalvas: Não há

Ênfases: Em função da mudança de critério de apresentação da amortização da dívida contratual com o plano de pensão na demonstração dos fluxos de caixa, os saldos referentes ao exercício findo em 31

de dezembro de 2013 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação. A Administração entende que a ênfase foi adequada em função da alteração dos fluxos de caixas comparativos para refletir melhor a natureza da operação.

Foi incluída também uma ênfase com o objetivo de chamar a atenção para o registro feito pela controlada Light S.E.S.A., referente aos recebimentos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que foram contabilizados como redução do custo de energia comprada no exercício de 2014. A Administração concorda que os recursos provenientes da CDE tiveram impacto significativo no resultado do exercício de 2014, que contribuíram para reduzir o efeito dos maiores custos com compra de energia ocasionada principalmente acionamento de usinas térmicas e pela exposição involuntária da distribuidora de energia.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Segue abaixo a descrição das principais práticas contábeis utilizadas pela Administração da Companhia, enfatizando principalmente as relacionadas às estimativas e julgamentos.

a. Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia para os consumidores são: (i) consumidores com valores significativos, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico de recuperação da Companhia, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores, os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios estão de acordo com aqueles estabelecidos pela ANEEL. Tais critérios definidos pela Administração estão alinhados com aqueles estabelecidos pela Aneel.

A Administração acompanha mensalmente o saldo de contas em atraso e os indicadores da taxa de arrecadação do contas a receber da Companhia.

b. Ativo financeiro de concessões

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da distribuidora, a controlada Light S.E.S.A..

A Light S.E.S.A. reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial (VNR) e aqueles já homologados pela ANEEL por meio da Base de Remuneração Regulatória (BRR) são atualizados pelo IPCA como uma melhor estimativa de valor justo sendo reconhecido na receita operacional, em rubrica específica. Eventual diferença positiva ou negativa quando da homologação de novo laudo da BRR é também reconhecida na receita operacional, em uma rubrica específica. A Companhia adotou o modelo bifurcado para reconhecimento do ativo financeiro decorrente da indenização pelo Poder Concedente e o direito de exploração da concessão, que é classificado no intangível.

c. Ativos e passivos financeiros do setor

A partir da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de distribuição ocorrida em dezembro de 2014, que garantiu que os saldos de ativos e passivos financeiros do setor não recuperados ou ressarcidos pela tarifa serão incorporados no cálculo da indenização ao término da concessão, a Companhia efetuou o reconhecimento do montante desses saldos que deverão ser incluídos nos próximos reajustes tarifários em contrapartida à receita. Ativos e passivos financeiros do setor são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis e outros passivos. Após o reconhecimento inicial, a atualização dos ativos ou passivos relacionados a este item é reconhecida no resultado financeiro. Quando o montante é faturado aos consumidores, a parcela correspondente é amortizada do saldo de ativo ou passivo em contrapartida à receita.

O cálculo é realizado com base nos critérios e premissas definidos pela ANEEL, baseado nos custos efetivamente incorridos, sendo que parte do valor já foi inclusive homologada pelo órgão regulador.

d. Imobilizado

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para a maior parte do imobilizado, a vida útil econômica estimada dos ativos está alinhada com aquelas estabelecidas pela ANEEL, e os terrenos não são depreciados. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lightger, Lajes Energia e Renova, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor, inclusive os terrenos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis são condizentes com estudos elaborados pela ANEEL para fins de avaliação da vida útil dos bens aplicáveis ao setor elétrico.

e. Ativo intangível

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis são condizentes com estudos elaborados pela ANEEL para fins de avaliação da vida útil dos bens aplicáveis ao setor elétrico.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similar.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, face às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014 além da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente de recebíveis.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais

investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como ao valor justo por meio do resultado compreendem títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, serviços prestados a receber, ativos financeiros do setor e outros créditos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros e ajuste de expectativas de fluxos de caixa são reconhecidos na demonstração de resultado, enquanto as demais variações a valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem o ativo financeiro de concessões. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se à sua não classificação nas demais categorias descritas. Pelo fato de a Administração acreditar que a indenização se dará conforme modelo atual de precificação de tarifas, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não seria possível, uma vez que a indenização não será fixa ou determinável e pelo fato do valor de sua recuperação não ser conhecido nesta data, dadas outras razões que não a deterioração do crédito. Isto se deve principalmente ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão, conforme critério do Valor Novo de Reposição (VNR).

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A

Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, passivos financeiros do setor e outros débitos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de riscos relativos à variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são contabilizadas imediatamente no resultado.

Os derivativos compreendem as operações de *swap*.

h. Benefícios a empregados

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo Contribuição Definida.

i. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado, na data das demonstrações financeiras, para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado, através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para a amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial líquida, conforme detalhado na nota explicativa 21 das demonstrações financeiras da Companhia.

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais superávits ou déficits do plano são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

iii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são registradas em contrapartida a despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões, inclusive os honorários de

êxito para perdas possíveis e remotas, são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Os processos cuja chance de perda é considerada possível são divulgados nas demonstrações financeiras. Aqueles processos de grande relevância cuja chance de perda é considerada remota também são divulgados nas demonstrações financeiras.

j. Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

i. Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. O faturamento de energia comercializada é efetuado mensalmente pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

ii. Receita de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

iii. Receita de Construção

A receita do contrato compreende o valor inicial, acordado no contrato, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível da concessão em curso é registrada no resultado, como custo de construção.

iv. Ativos e passivos financeiros do setor – Receita não faturada

A receita de ativos e passivos financeiros do setor é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que

estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a receber esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 14,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pela Emissora, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas referentes ao três últimos exercícios sociais.

Para informações sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos, vide item 10.1(g) deste Formulário de Referência.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas referentes ao três últimos exercícios sociais.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos da Companhia nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição, aos projetos de geração e ao combate as perdas não técnicas de suas controladas concessionárias de energia.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016:

Período	Exercício Social encerrado em dezembro de 2016	Exercício Social encerrado em dezembro de 2015	Exercício Social encerrado em dezembro de 2014
Investimento (R\$MM)	772,6	892,9	1.054,0
Distribuição	659,0	773,9	932,1
Comercialização	1,9	10,4	15,8
Geração	45,2	56,3	49,2
Administração	66,5	52,3	57,0
Aportes	180,6	51,0	52,8
Total	953,2	943,9	1.106,9

No ano de 2016, o total investido pela Companhia somou R\$953,2 milhões, 1,0% acima do investido em 2015.

O segmento de distribuição concentrou o maior volume, R\$659,0 milhões (representando 85,3% do investimento total), apresentando uma redução de 14,8% frente ao valor investido no ano de 2015. Dentre os investimentos realizados, destacam-se: (i) o desenvolvimento de redes de distribuição e expansão, num montante de R\$379,2 milhões, com o intuito de atender ao crescimento de mercado, aumentar a robustez da rede e melhorar a qualidade, dos quais R\$100,1 milhões foram destinados a investimentos específicos para as Olimpíadas nesse período, (ii) o avanço no projeto de combate às perdas de energia (blindagem de rede, sistema de medição eletrônica e regularização de fraudes), no qual foi investido o montante de R\$250,7 milhões.

A Companhia planeja investir aproximadamente R\$931,2 milhões em 2017. Dos investimentos totais orçados para este período, R\$754,5 milhões destinam-se a Light S.E.S.A. (distribuição), R\$49,7 milhões para investimentos em outras subsidiárias integrais e R\$127,0 milhões como aportes nas participações societárias, conforme orçamento de capital apresentado neste documento.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento através de (i) linhas de financiamentos do BNDES, FI-FGTS e Finep; (ii) emissão de debêntures e notas promissórias no mercado de capitais; e (iii) geração própria de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Tendo em vista a rescisão do CCVA (Contrato de Compra e Venda das Ações da Light Energia com a SunEdison, o qual estabelecia os termos e condições para alienação das 50.561.797 ações ordinárias detidas pela Light Energia na Renova Energia), a Companhia, coerente com sua estratégia traçada, continuará avaliando a alienação da sua participação de 15,87% no capital da Renova e manterá o mercado informado quanto aos fatos a ele relacionados.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

O programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) é elaborado de acordo com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que define a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em investir 0,2% da sua Receita Operacional Líquida em projetos de P&D, à Resolução ANEEL nº 271 de 19 de julho de 2000, e conforme os "Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D", aprovado pela Resolução 754, de 13/12/16. Segue uma breve descrição dos programas concluídos em 2016:

LIGHT SESA:

1. P&D 54/11 – Conector Especializado para Corte de Fornecimento a Cliente de Baixa Tensão
2. P&D 67/11-Programa de prevenção, tratamento e redução de litígios de consumo no setor elétrico
3. P&D 80/11 – Desenvolvimento tecnológico e inovação na utilização de tecnologia fotovoltaica e sua integração inteligente com a rede de distribuição: uma ação voltada a Grandes Clientes
4. P&D 82/12 - Fabricação de Lote Pioneiro de Postes de Fibra de Vidro e Resina de Poliéster Por Filamento Retilíneo
5. P&D 83/13- Fabricação de lote pioneiro para plataforma de redes inteligentes
6. P&D 85/15 - Revestimento protetores para postes de madeira – projeto de lote pioneiro
7. P&D 90/15- Projeto Cabeça de Série para óleo biodegradável substituto ao óleo DDB

LIGHT ENERGIA:

1. P&D 07/11- Desenvolvimento Experimental do P&D 06/2007 E - Proposição de Solução Inovadora para o Sistema de Resfriamento dos Hidrogeradores da Usina Fontes Nova
2. P&D 08/13- Simulador de Falhas para Análise de Proteção em Sistemas Geradores

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o ano de 2016, o programa de P&D teve um gasto total de R\$8,1 milhões, sendo R\$6,0 milhões pela Light S.E.S.A. e R\$2,1 milhões pela Light Energia. Esses gastos incluem projetos de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços e gastos com a gestão do programa de P&D.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Em continuidade aos projetos de pesquisa, e observando a mesma diretriz a eles aplicada, durante o ano de 2016 houve o desenvolvimento de 4 projetos novos na LIGHT S.E.S.A. e 2 na Light Energia. Também estiveram em execução, 15 projetos de P&D pela Light S.E.S.A. nesse ano, sendo que 2 foram concluídos em 2016.

Dentre os principais projetos de novos produtos e serviços que já estão na fase de desenvolvimento industrial, destacam-se: a) Sistema de Controle da Exposição ao Calor nos Trabalhos em Espaços Confinados da Rede Elétrica Subterrânea, (b) Cabeça de Série - Desenvolvimento de Metodologia e Sistema Piloto de Controle da Condição Operativa dos Comutadores sob Carga e (c) Identificador de derivação nos ramais de entrada de linhas subterrâneas de BT energizado.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os projetos de P&D de 2016 em andamento da Light S.E.S.A. tiveram, do total do investimento, cerca de 37% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada, 1% de gastos na fase Desenvolvimento Experimental, 39% de gastos na fase de Cabeça de Série e 23% em Projetos na fase de Lote Pioneiro.

Os projetos de P&D de 2016 da Light Energia estavam em andamento dando sequência a etapas da cadeia de Inovação. Da carteira de Projetos em andamento tiveram do total do investimento, cerca de 82% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada e 18% de gastos na fase de Cabeça de Série.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes referentes a este item foram citadas acima.

ANEXO II - Destinação do Lucro Líquido (conforme Instrução 481 (Anexo 9-1-II))

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Light S.A. registrou prejuízo líquido de R\$312.937 mil em 2016, portanto, não há destinação de resultado.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não ocorreu distribuição com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2014	2015	2016
Lucro líquido do exercício	662.831	42.395	-
Dividendos distribuídos / propostos	157.442	10.069	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-
Nº de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060	203.934.060
Lucro Líquido por ação	3,250	0,280	-
Dividendos por ação	0,772	0,049	-
Juros sobre capital próprio por ação	-	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O parágrafo segundo do artigo 25 prevê que em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco

por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei das S.A. Este ano, contudo, em função da apuração de prejuízo, a Companhia não efetuará distribuição de dividendos.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Este ano, em função da apuração de prejuízo, a Companhia não efetuará distribuição de dividendos.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Com relação aos investimentos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2016, foram realizados 2,6% acima dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Aplicações Light S.A. - 2016 - R\$ MIL	Previsto	Realizado	A Realizar
Investimentos em Ativos Elétricos	655.613	656.900	(1.287)
Distribuição	272.243	285.078	(12.835)
Ações Convencionais de Combate à Perdas	106.674	99.774	6.900
Novas Tecnologias de Combate à Perdas	158.176	150.693	7.283
Transmissão	118.520	121.155	(2.635)
Investimentos em Ativos Não Elétricos	53.250	68.856	(15.405)
Distribuição	3.000	2.142	858
TI	43.000	62.439	(19.439)
Logística	1.000	551	449
Patrimônio	3.000	1.492	1.508
Comunicação	-	96	(96)
Finanças	3.250	1.935	1.315
Outras Empresas	70.477	47.089	23.388
ESCO	1.800	1.879	(79)
Energia Geração	28.017	23.495	4.522
PCH Lajes	39.841	21.578	18.263
Edifícios	632	131	501
Comercialização	187	6	181
Sub-Total	779.341	772.645	6.696
Aportes	149.800	180.587	(30.787)
Total	929.141	953.232	(24.091)

Ainda que a companhia não tenha auferido lucros no exercício findo em 2016, submete-se a seguinte proposta de Orçamento de Capital consolidado do Grupo Light à Assembleia Geral Ordinária para o exercício de 2017, no valor de R\$931.183 mil, conforme fontes de financiamento abaixo:

Fontes de Recursos - R\$ MIL	2017
Retenção de Lucros do Exercício de 2016	-
Recursos Próprios ou de Terceiros	931.183
Total das Fontes de Recursos	931.183

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2017:

Aplicações Light S.A. - R\$ MIL	2017
Investimentos em Ativos Elétricos	679.083
Distribuição	378.969
Ações Convencionais de Combate à Perdas	189.796
Novas Tecnologias de Combate à Perdas	61.249
Transmissão	49.067
Investimentos em Ativos Não Elétricos	75.391
Distribuição	14.241
TI	55.223
Logística	875
Patrimônio	3.288
Finanças	1.764
Outras Empresas	49.740
Energia Geração	29.540
PCH Lajes	17.000
Edifícios	50
Comercialização	350
Escó	2.800
Sub-Total	804.214
Aportes	126.968
Total	931.183

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

Anexo III - Eleição de conselheiros titulares e conselheiros suplentes para recomposição dos atuais cargos vagos no Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração:											
a. nome	b. data de nascimento	a. profissão	d. CPF	e. cargo eletivo a ocupar	f. data de eleição	g. data da Posse	h. prazo do mandato	i. outros cargos exercidos na Cia.	j. indicado pelo controlador	k. Membro independente	l. Número de mandatos consecutivos
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	05/10/1948	Economista	098.044.046-72	Membro Titular	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há.
Luís Fernando Paroli Santos	26.11.1971	Analista de Sistemas	903.562.416-53	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há.
Leonardo Tadeu Dallariva Rocha	27.11.1975	Advogado	993.918.486-72	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há
Pedro Cláudio Coutinho Leitão	17.07.1973	Administrador de Empresas	976.882.076-49	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Sim	Não há
Andrea Belo Lisboa Dias	18.07.1966	Consultora de Gestão	580.343.586-49	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há
Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes	11.12.1965	Administradora de empresas	810.318.827-15	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há

a. informações sobre:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor da atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

Membro Titular:

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

O Sr. José Afonso é economista, com mestrado em Economia Regional pela UFMG. É Secretário da Fazenda de Minas Gerais desde janeiro de 2015. Anteriormente ocupou o cargo de Assessor do Ministro MDIC e do BNDES (2013 e 2014). Atualmente é o presidente do Conselho de Administração da CEMIG, conselheiro de administração da TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e da Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica (desde março de 2015), (todas com atividades no setor de energia).

Membros Suplentes:

Luís Fernando Paroli Santos

O Sr. Luís Fernando Paroli é analista de sistemas, com MBA em Logística e Suprimentos pela UEMG. Atualmente ocupa os cargos de Diretor de Distribuição e Diretor de Relações Institucionais e Comunicação (Interino) da CEMIG (desde dezembro de 2016). Anteriormente ocupou o cargo de assessoria da presidência da CEMIG (2016), foi Diretor de Administração de Furnas Centrais Elétricas S.A. (2008 a 2016) , todas com atividades no setor de energia. Foi Presidente (2015 a 2016), Vice Presidente (2011 a 2014) e presidente do Conselho Diretor da Fundação COGE, que é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja missão é prover conhecimento e soluções de gestão empresarial)

Leonardo Tadeu Dallariva Rocha

O Sr. Leonardo Dallariva é advogado com pós-graduação em Direito processual pelo IEC. É sócio do escritório de advocacia Natal Carlos da Rocha e Advogados Associados S.C. e atualmente ocupa o cargo de Superintendente da SUPRAM Central (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) (desde agosto de 2016). Anteriormente foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (2016) e Assessor Jurídico Especial da mesma Secretaria (2015).

Pedro Cláudio Coutinho Leitão

O Sr. Pedro Cláudio Coutinho é administrador de empresas, doutor em Ciência da Informação pela UFMG e mestre em Administração pela Faculdade de Pedro Leopoldo. Atualmente é Vice-Presidente da Secretaria Municipal de Educação de Caratinga (MG) (desde 2013). Anteriormente ocupou o cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (2013 a 2014).

Andrea Belo Lisboa Dias

A Sra. Andrea Belo é bacharel em letras pela UFMG, com diversas especializações, entre elas Relações Internacionais pela PUC Rio e Gestão de Responsabilidade Social pela PUC Minas. Foi Consultora AC da Hope Recursos Humanos (2015/2016) atuando na Diretoria de Engenharia, Tecnologia e Materiais da Petrobrás (Setor de petróleo e gás) e Consultora Sênior I da Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software atuando na Gerência de Tecnologia do Centro de Pesquisas Tecnológicas (CENPES) (2013 a 2015), no setor de tecnologia.

Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes

A Sra. Patrícia Gracindo é administradora de empresas, mestre em Finanças e Marketing pela USP. Desde de 2012 é sócia diretora da Estatic Holdings, (consultoria da área de mercado de capitais. Anteriormente ocupou o cargo de Diretora Vice-Presidente do Banco Bracce (até 2012). Além disso, é membro efetivo do Conselho de Administração da Cemig, Cemig D e Cemig GT desde

outubro de 2016 e é membro efetivo independente no Conselho de Administração da Renova Energia S.A., desde janeiro de 2017.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

O Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva é o presidente do Conselho de Administração da CEMIG, conselheiro de administração da TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e da Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica.

A Sra. Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes é conselheira de administração da Cemig, Cemig D e Cemig GT

O Sr. Luís Fernando Paroli Santos é atualmente Diretor de Distribuição e Diretor de Relações Institucionais e Comunicação (Interino) da CEMIG, controlador direto do emissor.

Os candidatos não ocupam cargos em organizações do terceiro setor.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Os senhores indicados para membros do Conselho de Administração, mencionados no item 12.5 acima, declararam para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação

de pena em processo administrativo perante a CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Todos os indicados terão seus primeiros mandatos como conselheiros de administração na Companhia.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Os membros acima indicados não fazem parte de nenhum comitê da Companhia.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários^[1], informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não se aplica.

^[1] As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não possuem

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não possuem

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

b. controlador direto ou indireto do emissor

O Sr. Luís Fernando Paroli Santos é atualmente Diretor de Distribuição e Diretor de Relações Institucionais e Comunicação (Interino) da CEMIG, acionista que faz parte do Bloco de Controle da Companhia.

O Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva é o presidente do Conselho de Administração da CEMIG, acionista que faz parte do Bloco de Controle da Companhia.

A Sra. Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes é conselheira de administração da Cemig, acionista que faz parte do Bloco de Controle da Companhia, Cemig D e Cemig GT

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica.

ANEXO IV – Instalar o Conselho Fiscal e eleger os respectivos membros efetivos e suplentes

Foram indicados pelos acionistas controladores da Companhia os seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal, para cumprimento de mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2018.

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor**
- j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não**
- k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**
- l. número de mandatos consecutivos**

Membros do Conselho Fiscal:											
a. nome	b. data de nascimento	c. profissão	d. CPF ou número do passaporte	e. cargo eletivo a ocupar	f. data da eleição	g. data da Posse	h. prazo do mandato	i. outros cargos exercidos na Cia.	j. indicado pelo controlador	k. Membro independente	l. Nº de Mandatos Consecutivos
Edson Machado Monteiro	28.09.1954	Economista	102.027.571-53	Membro Efetivo	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não há	Sim	Não	2º mandato consecutivo
Izauro dos Santos Callais	05.08.1982	Empregado Público	051.566.306-93	Membro Efetivo	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não há	Sim	Não	2º mandato consecutivo
Adriana Araujo Ramos	27.11.1974	Advogada	895.298.046-87	Membro Efetivo	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não há	Sim	Não	2º mandato consecutivo
Paulo Roberto Lopes Ricci	02.12.1968	Administrador de empresas / bancário	079.020.578-51	Membro Efetivo	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não há	Sim	Não	Será o primeiro mandato
Raphael Manhães Martins	08.02.1983	Advogado	096.952.607-56	Membro Efetivo	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não há	Não	Sim	3º mandato consecutivo
Ilza Mara Silva Lameira	04.12.1966	Contadora	585.690.906-25	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não há	Sim	Não	Será o primeiro mandato
Leonardo Rodrigues Tavares	13.10.1984	Engenheiro de Produção	067.847.996-82	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO de 2018	Não há	Sim	Não	2º mandato consecutivo
Moacir Dias Bicalho Júnior	02.09.1964	Administrador de Empresas	244.014.711-72	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não há	Sim	Não	2º mandato consecutivo
Francisco Vicente Santana Silva Telles	10.05.1969	Contador	000.461.527-17	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não há	Sim	Não	5º mandato consecutivo

Bernardo Zito Porto	04.11.1990	Advogado	139.715.767-45	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não há	Não	Sim	Será o primeiro mandato
------------------------	------------	----------	----------------	--------------------	------------	------------	-----------------	--------	-----	-----	-------------------------

- i.
- ii. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
 - **nome e setor da atividade da empresa**
 - **cargo**
 - **se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor**
- iii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**

Membros Efetivos

Edson Machado Monteiro

O Sr. Edson é graduado em Economia pela Universidade do Distrito Federal - UDF, em 1979, com especialização em Engenharia Econômica, pela UDF/ICAT, e MBA Executivo Internacional, pela AMANA KEY.. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da COPASA – MG (desde de fevereiro de 2015). Já ocupou os seguintes cargos: Consultor Técnico da Presidência (1995/1997), Superintendente Executivo da Área Comercial (1997/2000) e Vice-Presidente de Varejo e Distribuição (2003/2005). Foi também Diretor da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, de 1990 a 1995 e Membro do Conselho de Administração de diversas empresas. Atuou na iniciativa privada, como executivo, na Oi (ex-Telemar), de 2000/2002; na Brasilcap Capitalização (2002); na Brasilsaúde Companhia de Seguros (2006/2010); e na Paranapanema S.A., de 2012 a 2014. Em 2011, foi Diretor-Presidente da Companhia Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal. Atualmente é Conselheiro Fiscal efetivo da Light S.A., função exercida desde abril de 2016.

Izauro dos Santos Callais

O Sr. Izauro dos Santos Callais é graduado em Direito com especialização em Gestão Pública pela FIJ – Faculdades Integradas de Jacarepaguá, desde 2016 ocupa o cargo de Assessor Técnico da , da CISDEST – Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste. Anteriormente ocupou o cargo de gerente administrativo (até 2016) na mesma entidade. Entre 2013 e 2014 foi Chefe de Divisão do Setor de Contratos da EMPAV – Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanização de Juiz de Fora. Em 2012 participou de atividades jurídicas/eleitorais e entre 2009 a 2011 foi Consultor da Ello Ambiental Consultoria LTDA. Atualmente é Conselheiro Fiscal efetivo da Light S.A., função exercida desde abril de 2016.

Adriana Araújo Ramos

Graduada em Direito pela Universidade FUMEC, possui especialização em Gestão Municipal de Gerenciamento de Recursos Hídricos pela UFMG, além de MBA em Gestão Pública pela Unimontes. Atualmente ocupa o cargo de Subsecretária de Inovação e Logística da Secretaria de Saúde de Minas Gerais desde maio de 2016. Anteriormente, era Diretora Geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF (de 2015 a 2016), e Diretora de Planejamento, gestão e finanças da Fundação Ezequiel Dias – FUNED (de 2011 a 2014).

Paulo Roberto Lopes Ricci

O Sr. Paulo Roberto Ricci é formado em administração de empresas pela AIEC – Associação Internacional de Educação Continuada, com MBA Formação Geral para Altos Executivos – FIA – USP (SP). Funcionário de carreira do Banco do Brasil S.A., há 32 anos (posse em 30/05/1984), onde exerceu as seguintes funções: Diretor-Presidente da BB Gestão de Recursos DTVM (desde jan/2017); Vice-Presidente de Distribuição de Varejo e Gestão de Pessoas (abr/2015 a jan/2017), Vice-Presidente de Varejo Distribuição e Operações (ago/2012 a abr/2015); Diretor de Governo do Banco do Brasil (dez/2010 a ago/2012).

Raphael Manhães Martins.

O Sr. Raphael Manhães é advogado, sócio do escritório Faoro Advogados (desde 2010). É Conselheiro de Administração da Eternit S.A. (desde 2015). Conselheiro Fiscal da Vale S.A. (desde 2015). Foi Conselheiro Fiscal da Fibria Celulose S.A. (2016/2017) e da Embratel Participações S.A. (2014). Ex-Professor da UFRJ e da UERJ, setor institucional. Atualmente é Conselheiro Fiscal efetivo da Light S.A., função exercida desde abril de 2016. .

Membros Suplentes:

Ilza Mara Silva Lameira

A Sra. Ilza Mara Lameira é bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis e de Administração de Varginha (FACECA/MG) com MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pelo Centro Universitário Newton Paiva. Atua como Contabilista Autônoma desde 2014 (até a presente data). Entre 2011 e 2014 exerceu o cargo de analista contábil do Grupo DASA.

Leonardo Rodrigues Tavares

O Sr. Leonardo é mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, concluído em março de 2011. Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Atualmente é sócio e Diretor de Operações da Alta Engenharia, empresa de engenharia consultiva no setor de infraestrutura. Foi consultor da Alta Gestão tendo atuado em empresas de diversos segmentos. Destacam-se os seguintes projetos: FERGUMINAS SIDERURGIA – Consultor de Projeto; CEMIG – Consultor de Projeto; UNIVERSIDADE FUMEC – Consultor de Projeto;

GONTIJO MENDES – Consultor de Projeto; CONSOL – Consultor de Projeto; CAVALCANTI MENDES – Consultor de Projeto.

Moacir Dias Bicalho Júnior

O Sr. Moacir é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Brasília, conclusão em 1997. Foi Sócio Administrador da Empresa Bicalho Móveis para Escritório LTDA-ME, de 01 de Agosto de 1992 a Novembro de 2014. Sócio Administrador da Empresa Diflex Comércio de Móveis LTDA-ME, de 01 de Fevereiro de 1994 a Novembro de 2014; Sócio Administrador da empresa Beta Comércio de Móveis LTDA-ME, de 10 de Fevereiro de 2006 a Novembro de 2014, Sócio da empresa Bimoveis Comércio de Móveis para Escritório LTDA-ME, de 04 de Agosto de 2008 a Novembro de 2014. Atualmente exerce o cargo de vice-presidente do Partido Republicano da Ordem Social – PROS em Brasília DF. Exerce o cargo de Conselheiro Fiscal na Empresa Light S.A, desde 2015 e na Companhia Energética de Minas Gerais Telecom também desde 2015.

Francisco Vicente Santana Silva Telles

O Sr. Francisco é graduado pela UFRJ em Ciências Contábeis e possui MBA em Finanças pelo IBMEC RJ. Possui 24 anos de experiência nas áreas de controladoria, tesouraria, auditoria e novos negócios, em empresas dos segmentos de: energia, telecomunicações, entretenimento e banco de investimentos. Nos últimos 10 anos exerceu cargo de superintendente na AES Eletropaulo, empresa do setor elétrico, controller na Lafarge, empresa do setor de construção, CFO na Endemolglobo, companhia do setor de telecomunicações e, desde 2008, atua como controller nas SPE's Tevisa e LGSA, ambas do setor elétrico. Membro dos conselhos fiscais das empresas Cemig, Eletronet, Intesa, Redentor, Light, todas no setor de energia e Sete Brasil, setor de construção. Atualmente é Conselheiro Fiscal Suplente da Light S.A.

Membros do Conselho Fiscal

Todos os senhores indicados, para membros do Conselho Fiscal, no item 12.5 acima, declararam, individualmente, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Edson Machado Monteiro se declarou como pessoa politicamente exposta, uma vez que exerce o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Copasa-MG.

A Sra. Ilza Mara Silva Lameira se declarou como pessoa politicamente exposta por ser irmã do Deputado Estadual Mário Henrique da Silva.

O demais senhores indicados declararam que não são considerados pessoas politicamente expostas.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

<i>Conselho Fiscal</i>	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Edson Machado Monterio	11	100%
Raphael Manhães Martins	11	100%
Adriana Araujo Ramos	11	99%
Izauro dos Santos Callais	11	46%
Francisco Vicente Santana Silva Telles	11	65%
Moacir Dias Bicalho	11	46%
Leonardo Rodrigues Tavares	11	46%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Os membros do Conselho Fiscal não fazem parte de nenhum comitê na Companhia.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários², informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não se aplica.

² As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não se aplica.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

O Sr. Paulo Roberto Lopes Ricci é Diretor do Banco do Brasil S.A., credor da Light S.A.

ANEXO V – Remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal

Para o exercício social de 2017 (período de janeiro a dezembro), a Companhia apresentou, em Reunião do Conselho de Administração de 23 de março de 2017, a proposta de remuneração anual global dos Administradores da Companhia, da Light S.E.S.A. e da Light Energia S.A., no valor total de R\$ 28.593.404 (vinte e oito milhões, quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e quatro reais), e a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal, quando titular no cargo, no valor de até R\$ 9.857,00 (nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais) e quando suplente no cargo, no valor de até R\$ 4.929,00 (quatro mil, novecentos e vinte e nove reais), ambos pagos mensalmente.

A remuneração global dos Administradores e Conselho Fiscal totaliza **R\$ 29.649.890,00** (vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e oitocentos e noventa reais).

Proposta 2017 (jan/17 a dez/17)	Light S.A.	Light S.E.S.A.	Light Energia S.A.	Total
Conselho de Administração	792.240	2.110.949	263.863	3.167.052
Diretoria Estatutária	2.621.286	21.410.264	1.394.802	25.426.352
Conselho Fiscal	1.056.486	-	-	1.056.486
Total	4.470.013	23.521.213	1.658.665	29.649.890

A Companhia disponibiliza a seguir tabela sumária com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, e (ii) os valores realizados, conforme divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e a serem aprovados em Assembleia Geral Ordinária dia 27 de abril de 2017.

2016 - Real x Proposto	Proposta AGO 2016 (jan/16 a dez/16)	Realizado 2016 (jan/16 a dez/16)	Diferença
Conselho de Administração	2.853.283	2.261.752	-591.531
Diretoria Estatutária	21.885.481	20.359.246	-1.526.235
Conselho Fiscal	1.000.278	935.712	-64.566
Total	25.739.042	23.556.710	-2.182.332

A seguir, a Companhia também disponibiliza tabela com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, e (ii) os valores propostos para o exercício social de 2017, a serem aprovados em Assembleia Geral dia 27 de abril de 2017.

Proposta 2016 x 2017	Proposta AGO 2016 (jan/16 a dez/16)	Proposta AGO 2017 (jan/17 a dez/17)	Diferença
Conselho de Administração	2.853.283	3.167.052	313.769
Diretoria Estatutária	21.885.481	25.426.352	3.540.871
Conselho Fiscal	1.000.278	1.056.486	56.208
Total	25.739.042	29.649.890	3.910.848

O valor proposto para o exercício social de 2017 é 15,2% superior à proposta aprovada na AGO de 2016, justificado principalmente por: (i) reajuste pela inflação; e (ii) diferença do bônus do exercício de 2016.

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos⁵

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração da Companhia segue as práticas baseadas em pesquisas de mercado e visa atrair e reter profissionais competentes e qualificados, capazes de criar e implementar as estratégias do nosso negócio, estimulando resultados

A estratégia da Companhia é manter uma política transparente e sustentável voltada para a Cultura de Resultados. Tal política de remuneração está estruturada para recompensar os administradores diretamente com seu desempenho para o negócio, por meio da aferição de metas pré-estabelecidas, baseadas em parâmetros determinados a cada exercício social. Dentro desse contexto, a remuneração variável tem papel importante, pois os acionistas compartilham com os executivos o sucesso e criação de valor, criando uma visão de longo prazo e sustentabilidade, e alinhando os interesses de ambos.

Na estrutura organizacional da Companhia, há um Comitê específico para tratar das questões de remuneração dos diretores estatutários, o Comitê de Recursos Humanos. Este Comitê possui caráter permanente e é formado por representantes do Conselho de Administração. O Comitê de Recursos Humanos tem por objetivo revisar e propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos diretores estatutários da Companhia, bem como dos membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração avalia as recomendações do Comitê de Recursos Humanos e aprova o valor da remuneração fixa e variável, respeitando os limites determinados na Assembleia Geral Ordinária.

⁵ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

1 – Conselho de administração

Conforme Política de Remuneração da Companhia, os membros do Conselho de Administração fazem jus apenas a uma remuneração fixa que representa o honorário pago mensalmente, tendo como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação do conselheiro, baseado em parâmetros de mercado e na contribuição para o desempenho e o crescimento do nosso negócio

Os membros recebem sua remuneração baseada no cargo que ocupam: membro efetivo ou membro suplente.

Sobre a remuneração fixa há o recolhimento de encargos sociais.

Recebem também o reembolso legal de despesas de locomoção e estadias, necessárias ao desempenho da função, mas não recebem qualquer tipo de benefício (assistência médica, seguro de vida, benefícios pós-empregos etc.)

O Conselho de Administração não é elegível à remuneração variável.

2 – Diretoria

Conforme Política de Remuneração da Companhia, os membros da Diretoria estatutária fazem jus à remuneração fixa, remuneração variável e benefícios.

A remuneração fixa representa o honorário pago mensalmente pela posição que ocupam, tendo como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação do diretor, baseado em parâmetros de mercado e na contribuição para o desempenho e o crescimento do nosso negócio.

A remuneração variável é composta por um bônus que objetiva premiar o alcance e superação das metas, baseadas nos planos de negócios de curto prazo, levando em consideração os indicadores globais da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração e que contém as metas globais definidas para o exercício, conforme indicado no item c abaixo.

Os benefícios são os praticados pelo mercado, sendo composto por assistência médica, odontológica, previdência privada, seguro de vida e ticket refeição.

3 – Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada pela assembleia geral que os elege e conforme prescrito no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76 não pode ser inferior a 10% da média da remuneração atribuída a cada Diretor, excluindo benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas a remuneração fixa, tendo como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação do diretor, baseado em parâmetros de mercado e na contribuição para o desempenho e o crescimento do nosso negócio.

Adicionalmente, possui direito aos reembolsos legais de despesas de locomoção e estadias necessários ao desempenho da função.

Sobre a remuneração fixa há o recolhimento de encargos sociais.

Conforme Política de Remuneração da Companhia, o Conselho Fiscal não é elegível à remuneração variável e não recebem qualquer tipo de benefício (assistência médica, seguro de vida, benefícios pós-empregos etc.)

4 – Comitês

Todos os membros dos Comitês são administradores e não recebem remuneração fixa ou variável pelo fato de participarem desses comitês.

- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

2016 Realizado	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100,0%	52,4%	100,0%	59,3%
Salário ou Pro Labore	83,3%	35,1%	83,3%	42,0%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	3,2%	0,0%	2,8%
Participações em comitês	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	16,7%	14,1%	16,7%	14,5%
Remuneração variável	0,0%	35,4%	0,0%	30,2%
Bônus	0,0%	27,6%	0,0%	23,6%
Participação de resultados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	0,0%	7,8%	0,0%	6,6%
Pós emprego	0,0%	2,4%	0,0%	2,1%
Cessação do cargo	0,0%	9,8%	0,0%	8,4%
Baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0
Total da remuneração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

2015 Realizado	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100,0%	48,2%	100,0%	54,0%
Salário ou Pro Labore	83,3%	28,2%	83,3%	34,2%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	6,1%	0,0%	5,6%
Participações em comitês	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	16,7%	13,9%	16,7%	14,2%
Remuneração variável	0,0%	28,8%	0,0%	25,6%
Bônus	0,0%	22,5%	0,0%	20,0%
Participação de resultados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	0,0%	6,3%	0,0%	5,6%
Pós emprego	0,0%	1,7%	0,0%	1,5%
Cessação do cargo	0,0%	21,3%	0,0%	18,9%
Baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total da remuneração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

2014 Realizado	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100,0%	60,7%	100,0%	66,4%
Salário ou Pro Labore	83,3%	44,9%	105,9%	52,4%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	6,2%	0,0%	5,3%
Participações em comitês	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	16,7%	12,1%	16,7%	12,7%
Remuneração variável	0,0%	39,3%	0,0%	33,6%
Bônus	0,0%	30,7%	0,0%	26,3%
Participação de resultados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	0,0%	8,6%	0,0%	7,4%
Pós emprego	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cessação do cargo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total da remuneração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

iii. metodologia de cáculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conforme Política de Remuneração da Companhia, os Diretores têm sua remuneração avaliada por meio de pesquisas realizadas por consultoria externa especializada (Hay Group e Willis Towers Watson), de forma que se possa aferir a competitividade e garantir a equidade face aos valores pagos pelo mercado. A pesquisa é feita, anualmente, considerando-se empresas de porte similar e/ou do setor, bem como as atribuições, a complexidade e o nível de conhecimento exigido pelo cargo, de acordo com o desafio da posição.

A remuneração variável depende do alcance de metas de resultados financeiros e operacionais que são comuns para todos os membros da Diretoria, conforme indicado no item i.2 acima.

As metas são geralmente definidas com base em indicadores financeiros e estratégicos. Os indicadores objetivos são revistos anualmente, conforme as estratégias dos negócios da Companhia. Ao final do exercício social é avaliado o atingimento das metas e calculada a remuneração variável resultante, por meio de uma fórmula que leva em consideração o atingimento das metas da Companhia.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal têm a sua remuneração reajustada anualmente pela inflação.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, os valores e os critérios para a sua determinação são estabelecidos ou verificados, conforme o caso, pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Recursos Humanos, como descrito no item 13.1. “a” acima.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme Política de Remuneração da Companhia, apenas a Diretoria é elegível a remuneração variável (bônus), alinhada à sua estratégia de compartilhar com os executivos o sucesso e criação de valor, além de criar uma visão de longo prazo e sustentabilidade, incentivando a busca pelos resultados.

A remuneração variável é um componente importante para o alinhamento dos resultados, uma vez que o Diretor apenas receberá essa parcela após a medição dos resultados das metas globais da Companhia.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Sim, existem membros não remunerados, tendo em vista que os conselheiros que possuem funções administrativas nos controladores do emissor renunciam à remuneração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Conforme Política de Remuneração da Companhia, apenas a Diretoria é elegível à remuneração variável (bônus). Para a determinação da remuneração variável de curto prazo, são levados em consideração os indicadores globais da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração e que contém as metas definidas para o exercício:

- (i) Indicadores financeiros: Ebitda, Lucro Líquido e dividendos; e
- (ii) Indicadores operacionais: qualidade dos serviços prestados (DEC/FEC, Pesquisa de Satisfação dos Clientes), taxa de perdas, PDD (provisão para devedores duvidosos), dentre outros.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não são elegíveis ao pagamento de remuneração variável, por isso não possuem indicadores de desempenho atrelados a remuneração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme Política de Remuneração da Companhia, apenas a Diretoria é elegível à remuneração variável (bônus). A remuneração variável está diretamente atrelada à performance global da Companhia e ao alcance das metas estabelecidas para o período em questão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não são elegíveis ao pagamento de remuneração variável, por isso não possuem indicadores de desempenho atrelados a remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração da Companhia tem como objetivo principal alinhar os interesses dos Administradores com os dos Acionistas, atribuindo uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia.

Conforme Política de Remuneração da Companhia, apenas a Diretoria é elegível a remuneração variável (bônus),

A remuneração variável está alinhada aos objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas, compartilhando os riscos e os resultados entre os executivos da Companhia, visto que está atrelada a indicadores financeiros e estratégicos, definidos a cada exercício, em linha com o nosso plano de negócios.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis apenas ao pagamento de remuneração fixa, que é corrigida anualmente pela inflação. A remuneração fixa dos Conselheiros, bem como dos Diretores, são compatíveis com as referências de mercado, permitindo atrair profissionais gabaritados e preparados para exercer responsabilidades com alto desempenho.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

As companhias abertas Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) e Light Energia S.A. (“Light Energia”), subsidiárias integrais da Companhia, suportam parcialmente a remuneração dos Administradores da Companhia, conforme detalhado no item 13.15. Não há qualquer outra remuneração ou benefício suportado por controladores diretos ou indiretos.

2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores	Não	Não	Não
Controladas			
- Remuneração Fixa	Sim	Sim	Não
- Remuneração Variável	-	Sim	-
- Bônus Curto Prazo	-	Sim	-
- Benefícios	-	Sim	-
- Encargos	Sim	Sim	Não
Sociedades sob controle comum	Não	Não	Não

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2 – Remuneração total por órgão reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal ⁶:

Remuneração total prevista para o exercício social corrente				
2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	22	9	10	41
Número de membros remunerados	22	8	10	40
Remuneração fixa anual	3.167.052	11.034.488	1.056.486	15.258.026
Salário ou Pro Labore	2.554.314	7.466.485	880.405	10.901.204
Benefícios diretos ou indiretos	101.875	1.476.437	0	1.578.312
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros (encargos)	510.863	2.091.566	176.081	2.778.510
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
Remuneração variável	0	14.391.864	0	14.391.864
Bônus	0	11.243.644	0	11.243.644
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros (encargos)	0	3.148.220	0	3.148.220
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Refere-se a encargos sociais	-	Refere-se a encargos sociais
Pós emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2017.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2017.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2017.	
Total da remuneração	3.167.052	25.426.352	1.056.486	29.649.890

⁶ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

Remuneração total realizada no exercício social 2016 - Consolidado				
2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	17,92	9,42	9,33	36,67
Número de membros remunerados	17,50	7,92	9,33	34,75
Remuneração fixa anual	2.261.751	10.691.719	935.712	13.889.182
Salário ou Pro Labore	1.884.793	7.211.959	779.760	9.876.512
Benefícios diretos ou indiretos	0	889.156	0	889.156
Participações em comitês	0	0	0	
Outros (encargos)	376.958	2.590.604	155.952	3.123.514
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	
Remuneração variável	0	7.188.859	0	7.188.859
Bônus	0	5.614.590	0	5.614.590
Participação de resultados	0	0	0	
Participação em reuniões	0	0	0	
Comissões	0	0	0	
Outros (encargos)	0	1.574.269	0	1.574.269
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	
Pós emprego	0	502.306	0	502.306
Cessação do cargo	0	1.976.362	0	1.976.362
Baseada em ações	0	0	0	
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	
Total da remuneração	2.261.751	20.359.246	935.712	23.556.709

Remuneração total realizada no exercício social 2015 - Consolidado				
2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	17,67	7,33	7,83	32,83
Número de membros remunerados	16,33	8,08	9,13	33,54
Remuneração fixa anual	1.896.551	10.747.223	862.914	13.506.688
Salário ou Pro Labore	1.580.459	6.305.342	719.095	8.604.896
Benefícios diretos ou indiretos	0	1.338.151	0	1.338.151
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0
Outros (encargos)	316.092	3.103.730	143.819	3.563.641
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
Remuneração variável	0	6.437.593	0	6.437.593
Bônus	0	5.029.369	0	5.029.369
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros (encargos)	0	1.408.223	0	1.408.223
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Refere-se a encargos sociais	-	Refere-se a encargos sociais
Pós emprego	0	430.083	0	430.083
Cessação do cargo	0	4.756.855	0	4.756.855
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2017.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2017.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2017.	
Total da remuneração	1.896.551	22.371.754	862.914	25.131.219

Remuneração total realizada no exercício social 2014 - Consolidado				
2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	21,92	8	10	39,92
Número de membros remunerados	15,42	8	7,2	30,62
Remuneração fixa anual	1.684.551	8.539.592	679.006	10.903.150
Salário ou Pro Labore	1.403.839	6.305.342	719.095	8.604.896
Benefícios diretos ou indiretos	0	867.543	0	867.543
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0
Outros (encargos)	280.712	1.697.579	113.168	2.091.459
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais.	Refere-se a encargos sociais.	Refere-se a encargos sociais.	Refere-se a encargos sociais.
Remuneração variável	0	5.518.879	0	5.518.879
Bônus	0	4.311.624	0	4.311.624
Participação de resultados	0	0	0	0,00
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros (encargos)	0	1.207.255	0	1.207.255
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Refere-se a encargos sociais	-	Refere-se a encargos sociais
Pós emprego	0	0	0	0,00
Cessação do cargo	0	0	0	0,00
Baseada em ações	0	0	0	0,00
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2017.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2017.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2017.	
Total da remuneração	1.684.551	14.058.471	679.006	16.422.029

13.3 – Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Conforme Política de Remuneração da Companhia, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal fazem jus apenas a uma remuneração fixa. Desta forma, as informações são apresentadas somente para a Diretoria Estatutária.

Diretoria	2017 Proposta	2016 Realizado	2015 Realizado	2014 Realizado
Nº de membros	9,00	9,00	7,33	8,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,92	8,08	8,00
Bônus e Outros(*)	14.391.864	8.112.350	6.437.593	5.518.879
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	6.746.186	3.802.664	2.843.556	3.047.382
Valor máximo previsto no plano de remuneração	15.741.101	8.872.883	6.634.964	7.110.558
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	11.243.644	6.337.774	4.739.260	5.078.970
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	8.112.350	6.437.593	5.518.879
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

(*) Outros: Encargos

13.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não há.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁷:

2016: Não houve.

2015: Não houve.

2014: Não houve.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁸:

Não há opções em aberto.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2016: Não houve

2015: Não houve

2014: Não houve

⁷ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁸ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação**

- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

- d. forma de determinação da volatilidade esperada**

- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Light S.A.				
31/12/2016				
	Ações Ordinárias		Total de ações	
Conselho de Administração	14.500	0%	14.500	0%
Conselho Fiscal	300	0%	300	0%
Diretoria	14.500	0%	14.500	0%
Total de Ações	203.934.060	100%	203.934.060	100%

Light SESA (sociedade controlada)				
31/12/2016				
	Ações Ordinárias		Total de ações	
Conselho de Administração	2	0%	2	0%
Diretoria	0	0%	0	0%
Total de Ações	212.854.480.688	100%	212.854.480.688	100%

Light Energia S.A. (sociedade controlada)				
31/12/2016				
	Ações Ordinárias		Total de ações	
Conselho de Administração	0	0%	0	0%
Diretoria	0	0%	0	0%
Total de Ações	77.421.581	100%	77.421.581	100%

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	Não há	8 (6 são participantes da Braslight, 2 no Plano C e 4 no Plano D)
Nome do plano	Não há	Plano C e Plano D
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	Não há	1 (sendo aposentadoria normal no Plano D)
Condições para se aposentar antecipadamente no Plano C	Não há	Mínimo de 45 anos de idade e de 36 meses de serviço creditado (tempo de serviço ininterrupto na patrocinadora).
Condições para se aposentar antecipadamente no Plano D	Não há	Ter pelo menos 50 anos completos e sua inscrição no Plano ou contrato de trabalho com sua patrocinadora contar com, pelo menos, 5 anos completos de vigência
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores		R2.297.762,24 (ou R\$ 2.248.383,93, se consideradas apenas as contribuições relativas ao período de 2007 a 2016) (*)
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 358.370,12(*)
Possibilidade de resgate antecipado e condições		O resgate é sempre possível. Seu valor corresponde a: 100% do saldo da conta individual do participante (resultante das contribuições feitas pelo participante) + um percentual da conta individual da patrocinadora (resultante das contribuições feitas pela patrocinadora) dado por 50% mais 0,5% por cada mês de vinculação ao Plano, limitado a 80% + 100% dos recursos portados de entidades abertas

(*) Montante apurado com base nas cotas de 31/12/2016 dos Planos C e D.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

2016	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
b - número de membros	21,8	10,00	9,00
c - número de membros remunerados	17,50	9,33	7,92
d - valor da maior remuneração individual (R\$)	348.591	133.370	2.170.701
e - valor da menor remuneração individual (R\$)	83.374	66.685	1.468.076
f - valor médio de remuneração individual (R\$)	157.801	100.254	2.133.363

Observação:O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.

2015	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
b - número de membros	17,67	7,83	7,33
c - número de membros remunerados	16,33	9,13	8,08
d - valor da maior remuneração individual (R\$)	151.675	121.310	4.943.773
e - valor da menor remuneração individual (R\$)	75.838	60.655	1.858.583
f - valor médio de remuneração individual (R\$)	116.139	92.488	2.768.781

Observação:O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.

2014	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
b - número de membros	21,92	10,00	8,00
c - número de membros remunerados	15,42	7, 2	8,00
d - valor da maior remuneração individual (R\$)	141.254	112.968	2.674.105
e - valor da menor remuneração individual (R\$)	70.627	56.484	1.516.495
f - valor médio de remuneração individual (R\$)	109.245	85.733	1.757.309

Observação:O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os controladores da Companhia, bem como as sociedades sob seu controle comum não suportam qualquer remuneração dos administradores da Companhia.

Com relação às controladas da Companhia, apenas os valores relativos à remuneração dos administradores da Light SESA e da Light Energia, subsidiárias integrais da Companhia, são reconhecidos no resultado da Companhia.

Exercício de 2016 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor:				
2016 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	
Controladas do emissor:				
- Light SESA	1.420.978	17.051.817	-	18.472.795
- Light Energia	178.340	1.110.825	-	1.289.165
Sociedades sob controle comum	-	-	-	19.761.960

Exercício de 2015 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor:				
2015 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	
Controladas do emissor:				
- Light SESA	1.334.755	18.861.886	-	20.196.641
- Light Energia	166.844	1.356.748	-	1.523.593
Sociedades sob controle comum	-	-	-	21.720.234

Exercício de 2014 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor:				
2014 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	

Controladas do emissor:			-	
- Light SESA	1.189.820	11.936.929		13.126.749
- Light Energia	151.072	698.153		849.225
Sociedades sob controle comum	-	-	-	13.975.974

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia aprovou no dia 24 de abril de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária, nova outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano”) da Light S.A., na mesma modalidade de Opção Fantasma, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 03 de março de 2008 (baseada em indicadores financeiros e não envolvendo opções de ações da Companhia).

O plano está em vigor até dezembro de 2017, porém sem que nenhum tipo de pagamento tenha sido devido ou reconhecido até a presente data, uma vez que as metas estabelecidas não foram alcançadas. Ademais, até o presente momento, nenhuma opção foi reconhecida, exercida ou outorgada no âmbito do Plano.

Somente para fins informativos, segue breve descrição do plano:

O valor do Plano não excederá R\$ 12.788.860,00 (doze milhões setecentos e oitenta e oito mil oitocentos e sessenta reais), em moeda de dezembro de 2013, para 4 anos, considerando as diretrizes abaixo:

- Público Elegível: Diretor-Presidente e Diretores;
- Alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos dos acionistas;
- Criação de valor em uma visão de longo prazo e de sustentabilidade; e
- Alinhamento com as práticas de mercado no que tange a remuneração total.

As Opções Fantasmas serão outorgadas aos participantes considerando a variação da Unidade de Valor da Light (“UVL”) definida a partir do Plano de Metas da Companhia, que servirá de base para a apuração dos valores reais do Plano no futuro.

A UVL será calculada anualmente através da seguinte fórmula:

$$UVL = 30\% VM + 40\% VE + 30\% VD$$

Onde:

- **VM (Valor de Mercado)** = Cotação média diária da ação da Light (LIGT3) na Bovespa, calculada pela divisão do Volume Financeiro pela Quantidade de Títulos negociados durante o período de 16/11 a 15/12 do ano anterior ao cálculo.
- **VE (Valor Econômico)** = Valor baseado em múltiplos crescentes de EBITDA
- **VD (Valor Dividendos)** = Valor baseado nos dividendos pago
